

Trabalho e Cidadania

Uma década de Educação Integral

Trabalho e Cidadania
Uma Década de Educação Integral

Trabalho e Cidadania: Uma Década de Educação Integral

Direção da CNM/CUT Gestão 2004-2007

Carlos Alberto Grana

Presidente da CNM

INSTITUTO INTEGRAR

Marino Vani

Presidente do Instituto Integrar

José Wagner M. de Oliveira

Secretário de Adm. e Finanças

Equipe de Coordenação Técnica Pedagógica do Integrar

Docimar Querubim (RS)

Francisca Elenir Alves (BA)

Solange Beatriz Marmitt (RS)

Centro de Assessoramento Popular (CEAP)

Concepção e produção de textos

Abril 2007

Foto Capa

Januário Fernandes da Silva

Projeto Gráfico, Capa, Diagramação e Impressão

NSA Gráfica e Editora

Revisão

Guilherme Rocha

Sumário

Apresentação

Capítulo I - Um pouco de história do Programa Integrar

Capítulo II - Fundamentos Políticos e Pedagógicos do Integrar

Capítulo III - Pressupostos Políticos e Pedagógicos

Capítulo IV - Dimensões do Projeto Político-Pedagógico do Integrar

Capítulo V - A Estrutura Curricular do Ensino Fundamental

Capítulo VI - Estrutura Curricular do Ensino Médio

Bibliografia

Anexo

Sinopse dos Programas Desenvolvidos pelo Instituto Integrar

Apresentação

Quando, nos idos de 1995, os dirigentes sindicais metalúrgicos(as) reunidos(as) no III Congresso Nacional da categoria, ergueram a mão para aprovar uma resolução autorizando a CNM/CUT a deflagrar ações no campo da educação, não imaginaram que poucos anos depois, aquela resolução se desdobraria em uma série de programas. E que esses programas se ramificariam para várias regiões, atingindo milhares de trabalhadores(as), capacitando as organizações sindicais dos metalúrgicos a influenciar no debate sobre a educação e a qualificação profissional no país.

Passados dez anos, o Integrar diversificou a sua intervenção. Modificou a identidade originária, incluindo trabalhadores(as) desempregados(as) de outros ramos produtivos. Criou metodologia de diagnóstico e negociação da qualificação profissional para trabalhadores(as) empregados(as). Inovou na forma e no conteúdo da formação de dirigentes sindicais. Desenvolveu experiências de gestão democrática do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, criando parâmetros de integração de funções dos programas que constituem essa política pública. Organizou percursos formativos específicos para a juventude, mulheres e trabalhadores(as) de empreendimentos solidários. Participou de dezenas de fóruns entre Estado e sociedade civil (espaços públicos), disputando princípios e diretrizes de certas políticas públicas, fortalecendo o controle social e apostando no diálogo social como um dos caminhos para a construção de uma cultura democrática. Ampliou a interlocução com entes do Estado, ONGs e Universidades, visando fortalecer um campo social para defender com maior força a educação dos(as) trabalhadores(as) como direito. Essas ações da CNM-CUT estimularam a criação de programas similares na CUT e em outras organizações sociais. Por fim, também cabe registrar que os programas que desenvolvemos contribuíram para que as políticas de educação de jovens e adultos fossem revitalizadas e redimensionadas.

Todas essas conquistas, creditadas à luta e ao empenho de vários sujeitos, enfrentaram enormes obstáculos. Deparamo-nos com a resistência de setores empresariais não acostumados a uma cultura de direitos, que tratam a formação profissional como propriedade privada e benefício a ser distribuído como dádiva. Enfrentamos a burocracia de Estado, aferrada ao preconceito de que educação é “reserva de mercado” de especialistas. Também enfrentamos a rejeição de muitos dirigentes sindicais, sobretudo daqueles que insistem em um padrão de atuação sindical corporativo e que acham que o sindicato deve se limitar aos seus filiados estabelecendo apenas solidariedade discursiva com os excluídos. Resistimos aos(às) que quiseram enquadrar, nas jaulas da institucionalidade vigente, os Programas do Integrar ao padrão da educação tradicional, aos cursinhos feitos para “pobres” ou à formação profissional submetidas à lógica do mercado. Travamos o bom debate com os que taxaram os nossos programas como “colaboração de classe, abandono da luta e adesão ao neoliberalismo”. Tivemos que repetir, sem cansaço, que estávamos preocupados com a qualificação profissional, preocupação vital para os(as) trabalhadores(as). E que não a tratamos em si mesma, mas procuramos articulá-la à construção de iniciativas concretas de desenvolvimento, ao incentivo da cidadania e ao avanço da organização dos(as) trabalhadores(as). Enfim, fizemos uma caminhada árdua e gratificante. Em nenhum momento duvidamos da nossa efetiva contribuição para a construção de um país mais solidário, justo e democrático.

Consideramos os Programas do Integrar experiências vivas, que carregam em si o contraditório e a imperfeição. Por isso nos provocam constantemente a serem avaliados, revisar os conceitos e questionar até mesmo os seus fundamentos. Esta publicação sistematiza as mais recentes reformulações no projeto político e pedagógico do Integrar. Queremos lançar na arena do debate público os elementos conceituais e metodológicos constitutivos do Programa Integrar e contribuir com a reflexão crítica e criadora sobre os rumos da educação dos(as) trabalhadores(as) no Brasil.

Marino Vani

Instituto Integrar

Secretário Nacional de Política Sindical CNM/CUT

Um pouco de história do Programa Integrar

O contexto sociopolítico que originou o Programa Integrar

Em meados da década de 90, quando a questão da qualificação profissional emergiu na agenda sindical, o país passava por profundas mudanças, em grande parte nocivas aos(as) trabalhadores(as). No plano político, a coalizão partidária aderente ao receituário neoliberal tinha adotado um plano econômico baseado em juros estratosféricos como atrativo de investimentos especulativos na dívida pública. Essa política de juros premiava os grandes investidores financeiros em detrimento do capital produtivo. Como mecanismo para controlar os preços escancarou-se o mercado interno para produtos geralmente oriundos de países asiáticos, onde o custo com a mão-de-obra costuma ser bem menor. Submetidas a concorrência desigual, as indústrias brasileiras foram compelidas a reduzir custos e baixar preços.

Nesse período também houve grande disputa em torno da concepção de Estado. Para os neoliberais no poder, o suposto “elefantismo” do Estado inibia o desenvolvimento do país e dificultava o livre jogo do mercado. O Estado, apresentado como gastador desnecessário e gerador de déficit público, passou a ser o grande vilão dos desequilíbrios econômicos. O discurso ideológico contra o Estado legitimou a diminuição do gasto público em todas as esferas do Estado (ajuste fiscal) e a transferência do patrimônio público para o setor privado nacional e internacional por meio das privatizações.

No mundo da produção, o empresariado passou a exercer forte ofensiva, criando para os(as) trabalhadores(as) empregados(as) ambiente de profunda insegurança. Além disso, adotou várias manobras para flexibilizar os direitos. Uma delas, foi a disseminação, via meios de comunicação, que o mercado de trabalho brasileiro é rígido, oneroso e pouco competitivo. Esse também foi um momento de acirramento da competição entre as empresas, provocando fusão entre grupos empresariais, venda de empresas nacionais para consórcios

internacionais, deslocamento de plantas etc. Para o capital, esses processos contribuíram para reduzir custos e aumentar a produtividade. Para os(as) trabalhadores(as), significaram precarização, intensificação do ritmo de trabalho, rebaixamento salarial e desemprego. O recado era claro: para permanecer ou reingressar no mercado de trabalho, os(as) trabalhadores(as) tinham que abdicar silenciosamente de boa parte de seus direitos.

A década de 90 também foi marcada pelo bloqueio dos canais de negociação e diálogo social. Ao comprimir o espaço político da sociedade civil organizada, eliminou-se a possibilidade do debate democrático em torno das mudanças em curso. Ou seja, as conseqüências sociais da implantação das políticas neoliberais não puderam se expressar democraticamente.

No caso específico do movimento sindical, o contexto de metamorfoses no mundo do trabalho abria caminho para práticas anti-sindicais. Em conseqüência, se registra declínio nos índices de sindicalização e distanciamento dos trabalhadores de suas organizações de classe, dificultando a realização de ações coletivas.

Esses acontecimentos exigiram do sindicalismo brasileiro novo reposicionamento político. O padrão de ação sindical baseado em bandeiras políticas com baixa proposição, pouca ocupação dos espaços institucionais e agenda focada nos reajustes salariais mostrou-se insuficiente para enfrentar a “onda neoliberal”. A CUT e seus sindicatos passaram a adotar postura mais propositiva, tecendo articulações com outras forças sociais e ampliando a agenda, em uma perspectiva de resistência e disputa de hegemonia.

As primeiras experiências que originaram o Programa Integrar

A Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT) encaminhou uma revisão em sua política de formação. Duas experiências de educação antecederam a elaboração do Programa Integrar. A primeira foi o Programa de Formação de Dirigentes em Reestruturação Produtiva e Ação Sindical. A partir de análise da reestruturação produtiva dinamizada politicamente pelo neoliberalismo, esse curso, realizado nos idos de 1994/95, abordou temas como “produção flexível”, gestão do trabalho, tendências do setor metalúrgico, sistema público de emprego, análise do mercado de trabalho (emprego e

desemprego), concepção de Estado, contratação coletiva, educação e qualificação profissional no Brasil, entre outros. O programa, realizado em todas as regiões do país, deixou claro, para as principais lideranças do ramo metalúrgico, que as transformações no mundo do trabalho os desafiavam a adotar nova postura. Ou seja, era preciso incidir diretamente nos processos de reestruturação produtiva, negociando a introdução de tecnologias, jornada de trabalho, manutenção dos postos de trabalho, ritmo de produção, layout das fábricas, saúde do trabalhador etc. No tocante à formação profissional, chegou-se à conclusão que as empresas, ao transformarem sua base tecnológica, também estavam ampliando os investimentos em programas de qualificação. Portanto, cabia aos sindicatos intervir para negociar, evitando que esses programas fossem considerados propriedade exclusiva das empresas. Na realidade, o curso alertou os dirigentes sindicais metalúrgicos para questões que estavam emergindo na agenda do sindicalismo brasileiro.

A segunda experiência foi um curso de curta duração, na área da matemática e controle de medidas, voltado aos desempregados(as). Essa experiência foi realizada no final de 1994, com financiamento dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em 1995, a experiência redundou em um convênio entre a CNM/CUT e a Prefeitura de Diadema. As duas experiências permitiram concluir que a histórica reivindicação de constituição em bases democráticas de um sistema de formação profissional público necessitava de fundamentos conceituais e metodológicos e de experiências concretas. Ou seja, até então não se havia exercitado uma proposta de educação de trabalhadores diferente da forma tradicional, nem a discussão conceitual e pedagógica sólida. Apenas avaliações sobre o desemprego, as conseqüências da reestruturação produtiva, o baixo grau de escolarização dos trabalhadores(as), a má utilização das verbas públicas destinadas aos programas de requalificação, e forte crítica à formação técnica e compartimentada. Além disso, o movimento sindical havia empreendido crítica ao Sistema S, pela sua metodologia baseada no adestramento, atendimento seletivo de demandas das empresas e gestão privada de recurso público. Também cabe lembrar que, na época, era muito grande o risco dos sindicatos acessarem recursos públicos para fazer cursos de formação, sem orientação

nacional, reproduzindo cursos de curta duração para responder às exigências do mercado do trabalho.

A CNM/CUT consagra em sua agenda sindical o tema da formação profissional

Essas questões levaram a CNM/CUT à decisão de elaborar e executar um programa em nível nacional que fornecesse parâmetros conceituais e metodológicos para embasar processos mais amplos de negociação da formação profissional, no âmbito das empresas e nas políticas públicas.

Consta nas resoluções do III Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos da CUT, realizado em 1995, a proposta de defender o Ensino Fundamental para todos os trabalhadores(as) metalúrgicos(as):

“Que a Direção Executiva, eleita neste Congresso, organize e coordene uma campanha nacional, para que até o ano 2000 todos os trabalhadores metalúrgicos tenham condições e oportunidades de concluir a 8ª série do Primeiro Grau, exigindo do poder público programas específicos e negociando

com empregadores investimentos e estrutura como parcela de contribuição. Precisamos mostrar que esta proposta – que, para os empresários, pode ser considerada unicamente como um fator de custo – é, para nós, um fator de cidadania.

As negociações com os empresários devem ter também como objetivo a articulação de esforços para pressionar o poder público a cumprir seu papel, que é o de garantir a educação básica a todas as crianças, exigindo escolas e salas adequadas, bem como salários e condições dignas de trabalho aos professores”.

Em 1995 foi aprovado, no III Congresso dos(as) Trabalhadores(as) Metalúrgicos(as) da CUT, o desenvolvimento do Programa Integrar, com o objetivo de: a) reafirmar que a formação profissional faz parte da agenda sindical; com isto, deve ser tema a ser considerado nas negociações coletivas e na ação sindical; e b) realizar programa planejado, executado, avaliado e coordenado pela CNM/CUT, como forma de orientar e apontar o caminho a ser percorrido na questão da formação profissional.

Esses objetivos deixam claro que não se tratava de desenvolver programa de formação profissional que tivesse como objetivo atender aos interesses do mercado de trabalho ou das empresas. Longe dos moldes de formação como adestramento, da prática de cursos isolados e dispersos, e da formação compartimentada, a CNM/CUT decidiu pela realização de um Programa no qual o(a) trabalhador(a) desempregado(a) fosse o centro. Programa que primasse pelo desenvolvimento integral da pessoa, do ponto de vista crítico, participativo e coletivo, possibilitando a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades que lhes permitissem enfrentar as mudanças socioeconômicas e interferir na luta política.

A CNM/CUT também se apercebeu que era necessário investir fortemente na formação dos dirigentes sindicais. Formação que considerasse a amplitude e a complexidade da nova agenda sindical e capacitasse os(as) dirigentes para exercer o papel de negociadores(as) e gestores(as) de Programas de Formação Profissional.

Em suma, para responder à estratégia da CNM/CUT era preciso trabalhar com três públicos distintos: trabalhadores desempregados, trabalhadores empregados e dirigentes sindicais.

A decisão de atuar com os três públicos lançou o desafio de construir três projetos denominados Programa Integrar Desempregados (PID), Programa Integrar Formação de Dirigentes (PIFD) e Programa Integrar Empregados (PIE).

Partia-se do princípio que o movimento sindical tinha que atuar no local de trabalho (PIE) tanto quanto no espaço público (PID). Por isso, os Programas foram pensados como momentos privilegiados de encontro (não só teórico-metodológico, mas acima de tudo das ações) entre os sujeitos dos três programas. Esse encontro, mediado por nova prática sindical, estabeleceria canais de diálogo e solidariedade entre os(as) trabalhadores(as) empregados(as) e os(as) trabalhadores(as) desempregados(as). A articulação dos vários sujeitos - dirigentes sindicais, empregados(as) e desempregados(as) - deveria contribuir para recompor e colocar a classe trabalhadora em posição ativa.

O desenvolvimento articulado desses projetos deveria contribuir para a concretização do principal objetivo da CNM/CUT: a construção de novo padrão civilizatório, baseado nos valores da ética, justiça, solidariedade e paz.

Instituto Integrar

Para o desenvolvimento e execução de seus Programas de Formação Profissional, a CNM/CUT criou, em março de 1999, o Instituto Integrar, do qual é a entidade mantenedora. Sendo entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, tem como objetivo geral “promover a qualificação, requalificação de trabalhadores e a educação profissional, franqueando-lhes acesso aos campos do conhecimento humano, especialmente às novas tecnologias – informática e cibernética, ministrando-lhes conceitos fundamentais de educação, cultura, política e sindical, indispensáveis ao pleno exercício da cidadania, qualidade de vida e trabalho” (*Artigo 2º do Estatuto*).

Programa Integrar Ensino Fundamental

Em outubro de 1996 teve início, no Estado de São Paulo, a implementação do Programa Integrar Desempregados -Ensino Fundamental. O Programa tinha como objetivo articular a educação básica com a educação técnica, de modo a romper a dicotomia entre a cultura geral e o mundo da produção. O público participante do Programa são trabalhadores(as) desempregados(as), prioritariamente do ramo metalúrgico, acima de 25 anos, com Ensino Fundamental incompleto.

Antes de iniciar o Programa, a CNM/CUT desenvolveu pesquisa informal entre trabalhadores(as) desempregados(as) que se concentravam em diferentes pontos da cidade de São Paulo, para aferir as expectativas desse segmento em relação a um curso de formação profissional. As opiniões dos(as) trabalhadores(as) levaram a três premissas básicas, que nortearam a criação do Integrar: a) o valor do conhecimento acumulado pelos trabalhadores em sua trajetória de vida; b) a formação técnica e propedêutica associada à certificação

de escolaridade em nível de ensino fundamental; c) e a discussão sobre a questão de geração de emprego e renda. A pesquisa também explicitou que o desemprego acarreta situação dramática, que vai muito além da falta de renda. Muitos vivem o desemprego como perda da identidade social. Eram comuns sentimentos como ansiedade e desespero, associados à degradação da auto-imagem.

A pesquisa foi de grande valia, pois mostrou ao Projeto Integrar, em seus primeiros meses de existência, o desafio de elaborar estratégias metodológicas capazes de reconstituir a identidade perdida, incorporando o(a) trabalhador(a) a um grupo social e incentivando-o(a) a buscar coletivamente alternativas de trabalho e renda.

A qualificação profissional, por si só, não é solução para o problema do desemprego, pois, se assim fosse, não haveria tantos trabalhadores(as) com titulação e desempregados. Mas é necessário reconhecer que, do ponto de vista individual, cada trabalhador(a) que se qualifica tem mais possibilidade de conquistar ou manter um posto de trabalho. Também é preciso ter em conta que a formação para a autonomia e para a criticidade contribui para reconstituir a identidade e reposicionar socialmente os(as) sujeitos.

A CNM/CUT não delegou para nenhuma outra instituição a tarefa de elaboração e de gestão dos seus Programas. No entanto, sempre houve a preocupação de se estabelecer relações de cooperação com universidades, centros de pesquisa, escolas de formação da rede CUT, educadores(as) e trabalhadores(as). Para materializar essa intenção, a CNM/CUT firmou convênios com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE), a Universidade Estadual de Campinas (CESIT), a Universidade Federal de São Carlos, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) e, mais tarde, com a Escola Técnica Federal de São Paulo. À medida que o Programa se expandia para outras regiões, novas relações de parceria foram sendo estabelecidas.

A estrutura curricular inicial envolveu exaustiva discussão sobre o significado e as implicações econômicas, sociais e culturais do processo de reestruturação produtiva. Também debatemos questões relacionadas à formação profissional e educação tecnológica. Os debates consolidaram a visão de que a formação profissional só atinge seus objetivos quando amparada na cultura geral.

Com esse referencial, a CNM/CUT construiu a primeira proposta curricular, constituída de cinco áreas curriculares: Reestruturação Produtiva (2 módulos de 60 horas), Matemática (3 módulos de 60 horas), Informática (1 módulo de 40 horas), Oficinas de Informática (4 módulos de 30 horas), Leitura e Interpretação de Desenho (2 módulos de 60 horas) e Controle de Medidas (2 módulos de 60 horas). Além dessas áreas curriculares, o Programa previa a realização de Laboratórios Pedagógicos (30 horas para cada módulo), e Oficinas Pedagógicas (8 horas por módulo).

O percurso formativo modular foi materializado para atender ao público de trabalhadores(as) desempregados(as). Significa que se o(a) educando(a) interrompesse os estudos por ter encontrado ocupação, receberia certificado do módulo cursado, e poderia retornar para completar os módulos que ficaram faltando. Somente receberia o certificado em nível de Ensino Fundamental após ter freqüentado todos os módulos.

O Programa Integrar foi organizado em núcleos localizados em sindicatos, igrejas, salas de aula de escolas da rede pública etc. A idéia de núcleos expressava a preocupação de se forjar nas comunidades espaços de reflexão, organização e mobilização dos trabalhadores(as), para coletivamente buscarem saídas ao desemprego.

A fim de garantir o desenvolvimento da estrutura curricular integrada, dois educadores(as) assumiam a docência. Um(a) com formação universitária (licenciatura plena e magistério) e outro(a) com experiência de trabalho no chão de fábrica. A troca desses saberes ajudaria a concretizar a relação entre educação e trabalho. Cada núcleo, geralmente composto de duas turmas, também contava com o trabalho de um(a) responsável local. Sua incumbência era estabelecer relações do Programa com a comunidade, instituições públicas e privadas. Além disso, também recebiam o acompanhamento permanente de um dirigente metalúrgico do sindicato no qual estava localizado o núcleo. Os núcleos e as turmas recebiam o apoio de orientadores e coordenadores(as) pedagógicos. Esses(as) profissionais da educação visitavam semanalmente os núcleos para promover discussões pedagógicas, refletir sobre questões que surgiam do cotidiano educativo e contribuir com o planejamento das três ações do Programa (cursos regulares, oficinas e laboratórios pedagógicos). A gestão mais geral do Programa no Estado ou em uma região era feita por um(a)

coordenador(a) pedagógico(a) e uma coordenação técnica. Politicamente, o Programa era dirigido por um conselho de gestão composto por dirigentes sindicais do setor metalúrgico.

Na fase inicial do Programa nos deparamos com um grande problema: a falta de educadores(as) com o perfil adequado para o tipo de projeto que estava sendo ensaiado. Foi preciso um enorme investimento na capacitação da equipe de educadores(as) para tratar o currículo de forma integrada, estabelecer o diálogo com o saber dos(as) trabalhadores e lidar com a diversidade de situações que emergiam no cotidiano do Programa.

Outro desafio foi a produção do material didático. É fácil deduzir que a recusa radical do Integrar em imitar os cursos de formação profissional, assim como as propostas de educação de jovens e adultos existentes no país, exigiu grande esforço de elaboração de abordagens integradas e transdisciplinares em várias áreas do conhecimento. Para a produção do material didático a cooperação estabelecida com diversos parceiros foi fundamental.

Depois da experiência de São Paulo, o Programa Integrar começou a se expandir para outros Estados. Em 1997 teve início a implementação nos Estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Em 2000, o Programa estava funcionando no Pará, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Alagoas.

As primeiras mudanças no Projeto Político-Pedagógico do Integrar

Sempre consideramos o Programa Integrar como uma experiência viva e em permanente mutação. A expansão do Programa para praticamente todas as regiões do país mostrou a necessidade de modificações. Em 1998, após amplo processo de avaliação e debates, houve a primeira atualização no Programa. Observou-se, em São Paulo e nos demais Estados, que os(as) educandos(as) não eram apenas trabalhadores(as) metalúrgicos(as), mas oriundos de atividades diversificadas. Ou seja, o Programa estava beneficiando não apenas trabalhadores(as) do ramo metalúrgico, mas de diversas categorias profissionais. Mesmo mantendo o perfil inicial dos participantes (trabalhadores metalúrgicos adultos desempregados ou sob risco de desemprego), o Programa foi desafiado a estabelecer diálogos com outras situações de

trabalho, outras trajetórias profissionais etc. O deslocamento no perfil do público atingido, ao mesmo tempo em que enriquecia o Programa, demandava ampliação nas abordagens.

A carga horária total se manteve. O desenho curricular assim ficou: Trabalho e Tecnologia (2 módulos, 60 horas cada, 120 horas), Matemática (3 módulos, 60 horas cada), Informática (1 módulo de 40 horas), Leitura e Interpretação de Desenho (2 módulos de 60 horas), Gestão e Planejamento (2 módulos, 120 horas). Os Laboratórios e as Oficinas Pedagógicas se mantiveram articulados com as áreas curriculares.

Não houve alteração na estrutura curricular, a reestruturação produtiva permaneceu como estruturante, e a articulação das áreas técnicas com as do saber geral foi afirmada com mais densidade. As áreas técnicas vinculadas à realidade do trabalhador buscavam a formação de novas habilidades relacionadas à polivalência, à criatividade e à tomada de decisões. A inclusão das áreas de saber geral objetivava a formação de um profissional que se apropria da cultura e do conhecimento humano, e compreende a técnica, a ciência e a cultura como partes de única realidade. Os conteúdos do ensino formal são trabalhados à medida que emergem de processo de reflexão e aprofundamento que reúne os conceitos e a experiência vivida pelo trabalhador, tendo como pano de fundo o processo produtivo.

Nos anos de 2001/2002, a estrutura curricular do Ensino Fundamental passou por nova atualização, ficando do seguinte modo: Trabalho e Tecnologia, Economia e Exclusão Social, Informática e Sistemas de Informação, Leitura e Interpretação do Desenho e Ambiente Urbano, Gestão e Planejamento. A proposta políticopedagógica do Programa Integrar passa a ter como centralidade o trabalho, entendido como elemento estruturante das relações sociais. É a categoria que fundamenta o processo de elaboração do conhecimento, definindo o currículo e as formas de sua consecução. Após envolvente debate sobre a relação entre educação e trabalho, o Integrar adotou a categoria trabalho, em suas múltiplas dimensões, como eixo central do projeto político e pedagógico.

O trabalho de sala de aula, os laboratórios e as oficinas pedagógicas, enriquecidos pela diversidade territorial, experiência dos educadores e reflexões dos educandos, agregaram novos elementos ao Ensino

Fundamental. Os canais de comunicação entre o cotidiano do Programa e as equipes de coordenação nacional e regional possibilitaram sistematizações aplicadas ao material didático e às produções teóricas do Integrar. A expansão do Programa agregou consistência e maior profundidade conceitual e metodológica.

Programa Integrar para Desempregados Ensino Médio

O engajamento dos(as) educandos(as) e o reconhecido sucesso do Ensino Fundamental motivaram a CNM/CUT a enfrentar outro desafio: a construção de uma experiência voltada para o Ensino Médio.

Em 2000, o Programa Integrar Ensino Médio foi iniciado em sete Estados: São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais.

Os mesmos pressupostos que nortearam o Ensino Fundamental foram reafirmados na construção do Ensino Médio: a) é dever do Estado garantir educação pública e de qualidade, de modo universal e equânime; b) o desemprego é questão político-econômica, e não problema pessoal ou falta de formação; c) os programas de formação profissional devem ser espaços de organização e debate na busca coletiva de alternativas ao modelo de exclusão social; d) ao articular formação/ação/construção da cidadania ao fortalecimento do movimento sindical, a formação profissional deve estar vinculada ao plano de lutas da Central; ou seja, não uma atividade isolada, nem ser implementada do ponto de vista escolar; e) valorizar o saber dos trabalhadores construído na experiência de vida, trabalho e lutas, no processo de ensino-aprendizagem, no conteúdo curricular, no sistema de avaliação; f) considerar o trabalhador como ser integral, cuja vida e desejos não se esgotam no chão de fábrica; g) a formação profissional deve constituir-se espaço de intervenção social na busca de alternativas de trabalho e renda.

O Ensino Médio apresenta a mesma formatação do Ensino Fundamental: curso regular, laboratórios pedagógicos e oficinas pedagógicas. Composto de cinco eixos temáticos: Desigualdades da Sociedade Brasileira, Cultura e Identidade Nacional, Ciência e Liberdade, Saúde e Cidadania, Transformações no Mundo do Trabalho. Cada núcleo inclui três salas de aula, com 30 trabalhadores cada. O público são trabalhadores desempregados e/ou em risco de desemprego, e

tem como requisito obrigatório a apresentação do certificado de Ensino Fundamental. A carga horária do Ensino Médio é de 1296 horas/aula.

O Programa Integrar e as parcerias com o poder público

A partir de 1999, o Programa Integrar vem firmando parcerias com Prefeituras para o desenvolvimento de iniciativas no campo da educação de jovens e adultos. A primeira negociação do Programa Integrar em parceria com o poder público municipal ocorreu em João Monlevade, cidade mineira de grande tradição de lutas sociais.

A partir da experiência de João Monlevade várias outras parcerias foram estabelecidas com prefeituras: Santo André, Matão, Jaboticabal, Indaial, Gaspar, Juazeiro, Alagoinhas, Itabuna, Olinda, Ponta Grossa. Em Alagoas, a parceria se deu com a Secretaria Estadual do Trabalho e a Secretaria Estadual de Educação.

Ao desenvolver parcerias com o poder público, o Programa Integrar tem por objetivos: a) contribuir com as discussões sobre a educação como direito, e fornecer subsídios para a elaboração de uma proposta político-pedagógica de educação de jovens e adultos trabalhadores; b) intervir nas políticas públicas de educação, especialmente de jovens e adultos; c) articular um conjunto de ações no âmbito da educação, formação profissional, economia solidária, buscando a construção de políticas públicas de emprego, desenvolvimento local sustentável e solidário; d) a participação popular e a organização dos trabalhadores na perspectiva de fortalecimento do espaço público; e) contribuir para a formação de educadores, discutindo e aprimorando a concepção e a proposta metodológica do Programa, em diálogo com as experiências já desenvolvidas pelas redes públicas de ensino.

O deslocamento em direção ao espaço público, como vimos, traduz um dos objetivos perseguidos pela CNM/CUT, que é transformar a metodologia desenvolvida pelo Instituto Integrar em iniciativas de políticas públicas.

As atuais mudanças no projeto político e pedagógico do Integrar

A fase de expansão do Integrar registrada até 2002, e a abertura de interlocução com o poder público deflagraram uma série de reflexões e debates sobre os rumos dos programas de Ensino Médio e Fundamental. Esta publicação apresenta a versão mais recente dos Fundamentos Políticos e Pedagógicos do Programa Integrar. As principais mudanças realizadas foram as seguintes:

a) Nos documentos do Integrar os termos requalificação, qualificação profissional, formação profissional e educação dos trabalhadores aparecem como sinônimos. As nossas discussões sobre a profissionalização, a partir da experiência do Integrar, ressaltavam a necessidade de desenvolvimento de operações de pensamento e de habilidades de analisar, antecipar o surgimento de problemas e propor soluções; e competências sociais, tais como tomada de decisões, trabalho em grupo, autonomia, respeito às divergências e solidariedade. Entendemos que esses são requisitos essenciais nessa nova dinâmica produtiva, seja ela submetida à lógica do capital ou realizada em ambiente de empreendimentos solidários. Por outro lado, também são requisitos necessários para o exercício da cidadania. Ou seja, a profissionalização é fundamentalmente construção social que tem no universo do trabalho e da luta por direitos seus sustentáculos. Por isso, nesta versão adotamos o conceito qualificação social e profissional, por considerar que expressa com mais clareza o que entendemos por profissionalização.

b) A expansão dos Programas do Integrar para outras regiões e categorias de trabalhadores(as) diversificou o perfil do público e instalou novas identidades. As formulações realizadas na primeira fase do Programa em torno da opressão da mulher, discriminação racial e desencontros geracionais se mostraram insuficientes e, em alguns casos, conceitualmente questionáveis. O debate em torno das categorias de gênero, raça e geração nos levou a concluir que deviam ser incluídas como constitutivas do projeto político-pedagógico.

c) Em que pese a visão histórica e crítica que o Integrar elaborou sobre a “revolução da informática”, quando os Programas de Ensino Fundamental e

Médios foram lançados, falou mais alto o objetivo de instrumentalizar os(as) trabalhadores(as) para operar os recursos da informática. Apesar da busca de integração da informática com as demais áreas do conhecimento por meio do planejamento comum entre a dupla de docentes e o instrutor de informática, os conhecimentos nessa área, em grande medida, foram tratados separadamente. A primeira modificação foi a integração curricular do módulo de informática, capacitando os(as) educadores(as) a desenvolver esses conhecimentos, tornando desnecessária a presença do instrutor de informática. A estrutura permaneceu intacta, mas o Programa absorveu em sua fundamentação o conceito de inclusão digital.

d) A construção do Programa Integrar exigiu desde cedo forte investimento na formação de educadores(as) e na sistematização da prática educativa. Nesta versão, tanto a formação de educadores(as) quanto a sistematização aparecem como prioritárias no nosso Projeto Político e Pedagógico.

e) A versão anterior adotou, na organização do currículo, os termos de módulo ou unidade temática. Os conceitos de módulo e o de unidade temática enfraquecem a dimensão de integração e circularidade das áreas do conhecimento. Optamos pelo termo “eixos temáticos” para nomear as cinco esferas que estruturam o currículo do ensino fundamental e médio.

f) Na década de 90 se cunhou o conceito de reestruturação produtiva para abarcar as mudanças tecnológicas e de gestão da força de trabalho e da produção que estavam ocorrendo principalmente no setor industrial. À medida que o Integrar se expandiu foi compelido a lidar com enorme diversidade de situação de trabalho. Optamos pela noção de transformações no mundo do trabalho, por entender que sua abrangência é maior do que o conceito de reestruturação produtiva.

Capítulo II

Fundamentos Políticos e Pedagógicos do Integrar

O Programa Integrar articula a qualificação social e profissional com a escolarização nos níveis fundamental e médio. Os processos educativos desenvolvidos pelo Integrar estão vinculados ao desafio de construir um projeto de desenvolvimento capaz de inserir no trabalho o conjunto dos(as) trabalhadores(as). Além disso, almejamos a formação de sujeitos capazes de intervir socialmente e exercer a sua cidadania. Com isto, nos contrapomos radicalmente às políticas de capacitação voltadas exclusivamente à empregabilidade.

As ações de educação do Integrar têm como ponto de partida o conhecimento forjado pelos(as) participantes em sua história de vida. A valorização do conhecimento individual e coletivo não se reduz à aplicação de técnicas de aproximação e integração dos educandos(as), como usualmente é tratada pela pedagogia convencional.

Para o Integrar, a valorização do saber dos sujeitos é a afirmação de fundamento epistemológico e forma de produção do conhecimento. O saber da vida concreta dos sujeitos é confrontado com a experiência imediata e os determinantes de ordem históricossocial mais gerais. Assim, teremos uma compreensão mais densa da realidade e poderemos atuar para transformá-la. A educação de adultos, deste ponto de vista, não é constituída de repasse de conteúdos, a partir de relação estabelecida no espaço de sala de aula entre o professor que sabe e alunos(as) destituídos de saber. Para o Integrar, a educação é, acima de tudo, encontro de homens e mulheres com o objetivo de trocar experiências, estudar, pesquisar e atuar coletiva e solidariamente no mundo em que vivem.

O Integrar tem como pressupostos: i) o desemprego é questão político-econômica, fruto do modelo de desenvolvimento, e não problema pessoal ou de falta de formação; ii) o(a) trabalhador(a), cuja vida e desejos não se esgotam no chão de fábrica, é um ser integral perpassado pelas dimensões subjetiva, social e política; iii) os saberes construídos pelos(as) trabalhadores(as), em sua experiência de vida, de trabalho e de luta, têm valor estratégico, sendo a base de sua auto-afirmação como sujeitos individuais e

coletivos. Esses saberes, para adquirirem potencial contra-hegemônico, precisam ser rearticulados em novas bases.

Em função desses pressupostos, o programa desenvolve-se em três dimensões que se comunicam entre si: a dimensão política – relacionada à afirmação de um modo de interpretar a realidade; a dimensão escolar – capaz de propiciar a apreensão mais ampla de elementos da cultura universal; a dimensão técnica – capaz de dotar os(as) educandos(as) de habilidades e instrumentos possíveis de serem usados no universo do trabalho.

Para o Integrar, o processo educativo exige exercício sistemático de interpretação e reinterpretação da realidade. O exercício de análise da realidade é o momento em que os conceitos são efetivamente acionados, confrontados com as evidências e problematizados a partir dos lugares e pontos de vista dos sujeitos. Ou seja, a análise da realidade requer constante aumento no repertório conceitual dos sujeitos. Além disso, não abdicamos que no processo educativo, por nós defendido e praticado, ocorra permanente debate sobre o projeto de sociedade, para vislumbrar referências que possam orientar a ação no plano imediato e a longo prazo. Ou seja, não tangenciamos ao afirmar que os programas de formação devem ser espaços de organização e debate entre trabalhadores(as), na busca coletiva de alternativas a um modelo econômico que gradativamente vem transformando enorme contingente de seres humanos em objetos descartáveis.

Em síntese, assumimos que a formação social profissional não deve ficar restrita ao domínio da máquina, ao processo de trabalho, nem se limitar aos contornos exclusivos de uma empresa. Ao contrário, propomos que a formação técnica seja articulada com a cultura geral. Por fim, a estratégia pedagógica tem na ação (e toda a riqueza de valores produzidos a partir dela) não só o ponto de partida, mas também o que orienta o percurso educativo, indicando o objetivo a ser alcançado.

Conceito de Qualificação adotado pelo Ministério do Trabalho

a) parte indissolúvel das Políticas de Trabalho, Emprego e Renda, sejam elas urbanas ou rurais; públicas ou privadas; resultem em relações assalariadas, empreendedoras individuais ou solidárias;

- b) forma de educação profissional (formação inicial e continuada), devendo estar articulada à educação de jovens e adultos, à educação do campo e à educação profissional de nível técnico e tecnológico;
- c) processo de construção de políticas afirmativas de gênero, etnia e geração, ao reconhecer a diversidade do trabalho e demonstrar as múltiplas capacidades individuais e coletivas;
- d) forma de reconhecimento social do conhecimento do trabalhador, ou seja, de certificação profissional e ocupacional, que deve estar articulada às classificações de ocupações, profissões, carreiras e competências; uma necessidade para o(a) jovem e o(a) adulto(a), em termos de orientação profissional, para a inserção no mundo do trabalho; um objeto de disputa de hegemonia, com a negociação coletiva da qualificação e certificação profissionais devendo integrar sistema democrático de relações de trabalho.

Capítulo III

Pressupostos Políticos e Pedagógicos

A proposta pedagógica do Integrar tem como centralidade o trabalho. Entendido como estruturante das relações sociais, dele resultam as condições objetivas da existência e a expressão cultural dos seres humanos. Por isso, é a categoria que fundamenta o processo de elaboração do conhecimento, estando na raiz das decisões que definem o currículo e as formas de sua consecução. A partir do trabalho, o ser humano se encontra consigo mesmo, com os outros seres humanos e com a natureza. No trabalho as competências corpóreas (inteligência, criatividade, sensibilidade, destreza, agilidade etc) são mobilizadas e se desenvolvem. Por fim, ao transformar a natureza por meio do trabalho, o ser humano transforma a si mesmo. Por isso não se pode situar a categoria trabalho apenas em sua dimensão econômica e produtivista, ou seja, o trabalho acorrentado à lógica capitalista. O trabalho em sua forma mais genérica é atividade essencial da vida humana. Não vale apenas pelo que representa como meio de sobrevivência, mas possui outro valor: assegurar a nossa própria humanidade. O trabalho envolve concomitantemente a produção, reprodução, transformação das relações sociais (dimensão política) e

elaboração de experiência sobre elas (dimensão ideológica). O local de trabalho configura-se como território privilegiado, no qual são elaboradas as identidades e as diferenças.

Ao abordarmos a categoria trabalho nestes termos, nos distanciamos das visões que o enxergam apenas em sua dimensão alienada ou restrito ao tema do (des) emprego. A necessidade de se garantir a qualquer custo os poucos postos de trabalho que ainda restam normalmente ofusca o surgimento de outras possibilidades, nas quais o trabalho e a produção/reprodução da vida possam abrir horizontes para uma subjetividade desalienada e novo paradigma produtivo.

Ao posicionar o trabalho como eixo a partir do qual se articulam as estratégias curriculares, o Integrar quer elaborar uma matriz teórica e metodológica que permita interpretar os impactos das mudanças no mundo do trabalho na produção imediata e no espaço da reprodução social. Isso requer o abandono da perspectiva da fábrica sitiada (mundo restrito da produção) e da escola intelectual abstrata, assim como a superação da dicotomia entre educação propedêutica e formação profissional. Na concepção adotada, o conceito de ação intelectual é o próprio trabalho, de modo que não se imagina a atividade intelectual e a manual como processos independentes ou de naturezas diferentes.

Dois são os referenciais fundamentais do Programa: o primeiro é Paulo Freire. Com ele aprendemos, entre tantos ensinamentos, que a educação é um ato constante de tomada de consciência da condição de vida, algo que se faz não pela reflexão teórica ou pelo desenvolvimento de qualquer domínio da técnica, mas pelas diferentes formas de intervenção social. Portanto, não existe proposta pedagógica conscientizadora aprisionada à dinâmica de sala de aula. O segundo é Milton Santos. Com esse pensador passamos a alimentar a possibilidade de conceber uma globalização a partir de parâmetros opostos à visão hegemônica da globalização neoliberal. Diferentemente do que as visões catastróficas apresentam, insistimos que o espaço para a intervenção não acabou. Sua crítica aguda à globalização excludente, que ele chama de “globalização perversa”, e as formas possíveis de participação pela organização de base, são o eixo forte de uma proposta de educação mobilizadora e participante.

Há quem argumente que o processo de emancipação supõe o domínio, por parte dos(as) trabalhadores(as), dos instrumentos de dominação; somente assim teriam as condições objetivas de realizar a transformação social. Ficaria justificada a reprodução dos padrões e, acima de tudo, dos conteúdos da educação tradicional. Há aí duplo engano: o primeiro é supor que existe neutralidade em qualquer forma de conhecimento, independentemente do modo como foi produzido; o segundo é transferir para o plano individual o que é fundamentalmente social.

A educação tradicional é individualista e egoísta, assumindo mais explicitamente ou mais tacitamente, conforme o caso, um modelo de formação para a competitividade, que seleciona os(as) melhores para entrar no círculo restrito de uma sociedade comandada pelos paradigmas tecnológicos. Um projeto de educação solidário deve romper com essa concepção de educação e de sociedade, por meio de alternativas de saber e de organização social. Por isso, não limitamos a educação a simples repasse de conteúdos. A nossa prática educativa busca unir o cotidiano pedagógico e a intervenção social. Por meio da crítica aos valores dominantes, afirmamos a democracia, a igualdade e a solidariedade entre os seres humanos.

Também entendemos que a educação de trabalhadores(as) precisa despertar os(as) envolvidos para intervir nas políticas públicas, sobretudo as relacionadas à geração de trabalho, renda e desenvolvimento. A nossa visão de educação considera os trabalhadores(as) sujeitos de direitos que necessitam se encontrar e se reencontrar com o trabalho e com a construção social. Isso implica, como já afirmamos, recusa contundente das propostas de formação profissional centradas na perspectiva de habilidades básicas e das competências para a empregabilidade.

A crítica ao modelo de formação para o mercado de trabalho não significa desconsiderar as necessidades objetivas dos(as) trabalhadores(as). Também não viramos as costas aos mecanismos de seleção e avaliação de competências dos trabalhadores(as).

O(a) trabalhador(a) brasileiro(a) tem consciência que a escolarização – expressa pela certificação formal do grau de escolaridade – é condição para permanência ou reingresso no mercado de trabalho. Como dissemos

anteriormente, cada nível de escolaridade corresponde a lugares específicos na estrutura produtiva.

A escolaridade atestada formalmente funciona como pré-requisito, forma de seleção anterior a qualquer processo. Pragmaticamente, a capacitação para o trabalho supõe a escolaridade. Daí por que o Integrar busca no final de cada percurso educativo proporcionar a certificação.

Isso não significa que o Integrar queira assumir a tarefa de educação que deve ser pública (diferente de estatal), nem tampouco submeter a formação do(a) trabalhador(a) à lógica do ensino tradicional. Isso seria reduzir a proposta do Integrar a um projeto de educação supletivo e reparatório.

Trata-se, portanto, de superar a dicotomia entre formação profissional e educação propedêutica e romper com a lógica de uma educação abstrata e generalista. Em outras palavras, o desafio é desmontar a racionalidade dominante, substituindo-a por racionalidade que resulte da ação coletiva dos(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) no Programa.

Para tanto, organizam-se as atividades pedagógicas em função não dos conteúdos escolares tradicionais ou do adestramento para o trabalho, mas de um conjunto de questões que permitem compreender criticamente a realidade e tecer nova racionalidade.

Como a relação entre o conhecimento científico e o saber sensível-prático não é imediata, mas mediatizada por uma série de mecanismos por meio dos quais os grupos dominantes buscam impor sua racionalidade e assegurar hegemonia, o desenvolvimento de outra racionalidade pressupõe o diálogo permanente entre o saber sensível-prático e o patrimônio científico produzido pela humanidade.

Pressupõe também outro e mais tenso diálogo: aquele que aproxima as problematizações e teorizações da prática pedagógica centrada no trabalho das elaborações e sistematizações da tradição ocidental, pelo menos parcialmente expressas nos conteúdos disciplinares escolares.

O espaço para o desenvolvimento desses diálogos está na adoção de uma perspectiva transdisciplinar. Quando um tema, assunto ou questão levantados pelo grupo são abordados de maneira transdisciplinar, brotam novos problemas e se explicitam as necessidades de conhecimentos práticos e objetivos.

Transdisciplinaridade

As disciplinas, como as conhecemos, resultam da expansão do conhecimento e do processo de divisão social do trabalho. O processo de formação de disciplinas vem com a modernidade. As disciplinas surgem por fragmentação de uma disciplina maior. Ainda no começo do século XVIII, certos pensadores se deram conta que o “homem culto” já não era mais capaz de ler a literatura disponível. Era essencial algo que lhe permitisse conhecer o todo, mesmo sem ler o todo. Para isso surge a Enciclopédia. A partir da metade do século XX, as mudanças de modo de produção são concomitantes às mudanças dos modos de orientação do pensamento. A fragmentação da linha de produção passou a ser questionada, e o mesmo se deu com as formas de pensamento. Percebeu-se que certos temas não se esgotam em uma ou duas disciplinas, e que para melhor compreendê-los é preciso o aporte de vários tipos de disciplina atuando simultaneamente, sem que uma capitaneie o processo e sem que nenhuma continue como estava.

Dentro de uma perspectiva transdisciplinar, a prática educativa do Integrar comporta dois tipos de conteúdos: os instrumentais – incluem matemática, leitura e escrita, e informática – , os quais atravessam o conjunto de temas, e o conhecimento de mundo – transformações no mundo do trabalho, a cidade, gestão e planejamento, saúde e cidadania, exclusão social etc.

As disciplinas instrumentais servem tanto de suporte para que a pessoa possa estudar como são produto desse estudo. Quando o grupo de educandos(as) e educadores(as) trabalha sobre um tema, opera com os objetos culturais (informações eletrônicas, livros, recortes, fotografias e imagens), e amplia o conhecimento sobre esses mesmos objetos. Não é preciso aula de Língua Portuguesa para aprender a ler. E depois que se souber ler, estudar a cidade. Estuda-se a cidade. Ao estudá-la, aprende-se a ler e a escrever, ampliando a autonomia intelectual e a capacidade de ser leitor de outras coisas e outros textos. A idéia é a de que, manuseando as disponibilidades materiais de cada local de trabalho, o educando desenvolve o domínio do instrumento e conhecimento desse meio. Ao se abordar temas como mundo do trabalho, cidade, inclusão digital, globalização, saúde, políticas públicas, entre muitos outros, a perspectiva disciplinar é simplesmente insuficiente. Nesse momento o debate e as iniciativas de transdisciplinaridade se desenvolvem.

O processo de incorporação de conhecimentos já estabelecidos na construção de novos saberes implica a transformação das próprias disciplinas, movimento que por si já contém crítica ao modelo paradigmático do conhecimento.

Há profunda revisão das disciplinas tradicionais, porque a lógica que as organiza (do conhecimento enciclopédico abstrato) é incompatível com o tratamento transdisciplinar que damos aos conteúdos tratados.

Historicamente, o capital impõe certa divisão sexual do trabalho e repõe uma série de desigualdades. As recentes transformações que ocorrem no mundo do trabalho, ao invés de superar as desigualdades, acabam exacerbando-as e acrescentando novos fatores de exclusão. No contexto de elevada produção de desigualdades situamos as categorias de gênero, raça e geração. Categorias não abordadas transversalmente e muito menos como áreas específicas.

Elas são integradoras do percurso formativo, definem e acompanham permanentemente o desenvolvimento do currículo. Portanto, quando tratamos de temas como saúde, cidade ou políticas públicas, desejamos perceber como as categorias de gênero, raça e geração se relacionam com esses temas e entre si.

A proposta do Integrar, como nos referimos, realiza permanente análise das desigualdades produzidas pelo capitalismo. A reflexão sobre as desigualdades de gênero, raça e geração, e a adoção de valores e atitudes necessários à construção de novas relações sociais são constantes no processo educativo defendido. Na realidade, o Integrar quer desenvolver reflexões capazes de alimentar ações voltadas à ampliação de direitos e provocar mudanças culturais que superem as desigualdades e discriminações.

Uma das características do discurso hegemônico é a sustentação de que vivemos na era da informação, que se caracteriza por imenso volume de informações ao alcance de qualquer pessoa. A revolução informacional automaticamente provocará a democratização do conhecimento e estimulará a cidadania, e a humanidade experimentará nova fase de progresso. Esse discurso alimenta a propaganda das novas tecnologias da informação.

O Integrar adentra o universo das tecnologias da informação e comunicação pela porta da inclusão digital. Tão importante quanto operar os recursos da informática é compreender que precisamos transformá-los em direito a ser disponibilizado a todos(as). As transformações em curso, muitas delas viabilizadas pela informatização, podem provocar um processo de exclusão digital mais radical do que os mecanismos de exclusão já existentes.

Procuramos historicizar a chamada “revolução da informatização” e, ao mesmo tempo, desenvolver reflexões sobre os discursos que a legitimam e servem para escamotear as profundas diferenças que acaba reinstalando.

A proposta do Integrar supera a visão meramente instrumental do ensino de aplicativos. Valorizamos, acima de tudo, as alterações que as tecnologias introduzem no cotidiano das pessoas, na linguagem, na forma de se relacionarem com o tempo e o lugar onde vivem. Por tudo isso, a informática passa a ser fundamental em todos os momentos da aprendizagem, e seu formato será desenhado de acordo com as características específicas do curso e dos(as) educandos(as) que o compõem.

Dimensões do Projeto Político-Pedagógico do Integrar

A) O Core-currículo

O currículo desenvolvido pelo Integrar supõe um conjunto de conteúdos: sociais e históricos (conhecimentos consagrados sobre a natureza, a matéria, a sociedade, a história etc); instrumentais (formas de organizar o pensamento e de intervir no mundo: matemática, escrita, planejamento, método de estudo e pesquisa, informática); e valores humanos e políticos.

O conhecimento é concebido como fruto de um processo construtivo e coletivo. A aprendizagem não resulta do acúmulo de informações advindas do meio exterior. Ela se dá quando os sujeitos lançam hipóteses sobre a realidade e interagem com o real e com os outros, em processo dialético de elaboração e reelaboração do saber.

Para o Integrar, o currículo tem significação social e política, e a justificativa para a sua construção se faz à luz das abordagens filosófica, psicológica, social, cultural, individual etc. Os(as) educandos(as) não entram na escola como “folhas em branco”, mas sempre portam saberes produzidos individual e coletivamente. O currículo não é elaborado no vazio ou arbitrariamente. Pelo contrário, é levado em consideração o conhecimento forjado ao longo da vida do(a) educando(a). Sua elaboração também deve considerar o universo de conhecimentos que servem de suporte para reconhecer situações novas, interpretá-las e resolvê-las inteligentemente.

Considerando o trabalho como centralidade das propostas de reflexão e de ação, definimos um conjunto de questões que devem contribuir para a compreensão e a apreensão do real. Os esforços de interpretação e de

projeção da ação, previstos no percurso educativo, são orientados, nos dois níveis de ensino (Ensino Fundamental e Médio), por três categorias paradigmáticas:

- ⇒ Trabalho – entendido como categoria fundante das relações sociais;
- ⇒ Democracia-cidadania – como referências para pensar a constituição política da sociedade na perspectiva da tensão públicoprivado, nos diversos níveis e espaços em que se manifesta;
- ⇒ Cultura – para trazer à reflexão o universo de valores, significações, expressões subjetivas e representações coletivas, que conformam hegemonias e sugerem processos contra-hegemônicos.

A organização dos conteúdos e a definição da metodologia não são as mesmas da tradição propedêutica escolar. Trata-se de conhecer criticamente a realidade em que se dão as relações sociais, por meio de um conjunto de questões mediadoras, as quais resultam da experiência de cada participante e do ato de debruçar-se criticamente sobre a realidade.

São, portanto, as perguntas que os(as) trabalhadores(as), como agentes políticos e econômicos, fazem em função de sua condição de vida, ainda que muitas vezes desorganizadamente. No processo de indagação e problematização do mundo se forjam novas formas de conhecimento e novas perspectivas de atuação e participação.

Os questionamentos se articulam em torno de grandes temas de investigação, os quais se relacionam em diversos níveis com a prática do trabalho, processos de organização social e produção do conhecimento. Nem as questões nem os temas são disciplinas escolares, ainda que demandem, para a sua compreensão, conhecimentos variados. O desenvolvimento prático do trabalho em torno de um tema exige movimento transdisciplinar, que incorpora, na medida do necessário e de forma não linear, a contribuição de diversas disciplinas.

B) A Dinâmica Pedagógica

Outro aspecto fundamental a considerar na estrutura do Programa Integrar é que, tendo como fundamento o trabalho como princípio educativo e sendo

constituído de trabalhadores(as) adultos, não faz sentido tomar os objetos eleitos como importantes para a compreensão da realidade como tópicos de estudo, sem que haja um movimento de transformação da própria realidade. Por isso, a nossa prática pedagógica, entendida não como ação do(a) educador(a), mas processo em que se engajam educadores(as) e educandos(as), não se dá em aulas convencionais. Em linhas gerais, o Integrar se desenvolve fundamentalmente a partir de três momentos: a sala de aula, os laboratórios pedagógicos e as oficinas pedagógicas.

As Ações Articuladoras do Ensino Fundamental e Médio

Espaço de Sala de Aula

No espaço de sala de aula os(as) educandos(as) dialogam, a partir de sua bagagem sociocultural, com o elenco de conteúdos previstos em cada eixo temático. Nesse espaço as indagações sobre a realidade são elaboradas, e são organizados os processos de estudo e pesquisa. Os temas levados para as oficinas e laboratórios pedagógicos são organizados na sala de aula e retornam após a realização das oficinas e dos laboratórios, formando um movimento circular de agregação, problematização e criação de saberes.

Laboratórios Pedagógicos

Os laboratórios pedagógicos consistem no desenvolvimento de atividades socioculturais dirigidas ao conhecimento organizacional de diferentes ambientes de trabalho, órgãos públicos, entidades da sociedade civil e outros espaços da cidade. A partir dos laboratórios pedagógicos, os(os) educandos(as) entram em contato com experiências de geração de trabalho e renda. Por fim, também são oportunidades que os(as) educandos(as) encontram para participar de eventos culturais.

Oficinas Pedagógicas

As oficinas pedagógicas são espaços de integração dos(as) educandos(as) com a sociedade e visam capacitar e organizar os participantes para interação mais qualificada na comunidade. As oficinas pedagógicas abordam temas que contribuem para identificar oportunidades de inserção econômica, por meio do mercado formal de trabalho ou empreendimentos cooperativos e solidários.

Na dinâmica do cotidiano, a aula é o espaço privilegiado da produção intelectual e de organização do conhecimento, mas ela só adquire sentido se aquilo que se produz se articula com as demais ações que compõem o percurso formativo do grupo. Ou seja: se deixa de ser estudo abstrato e descontextualizado e passa a alimentar a reflexão e a ação transformadoras. Igual raciocínio se aplica aos demais momentos previstos no processo formativo: os laboratórios pedagógicos, quando discutem e preparam ações mais gerais a serem desenvolvidas pelos(as) educandos(as); e as oficinas pedagógicas, quando motivam a comunidade a debater e propor soluções para os problemas.

Do mesmo modo, os programas curriculares e os materiais de apoio pedagógico produzidos pelas equipes de educadores(as) ou adotados pelo grupo (livros, filmes, separatas, imagens, propostas de estudo e pesquisa, problematizações), ainda que tragam questões teóricas e mostrem caminhos, não podem ser considerados exclusivos da ação pedagógica. Diferentemente dos livros didáticos elaborados na lógica escolar, centrada no princípio disciplinar de acumulação de informações, no caso do Programa Integrar os materiais pedagógicos são produções com os quais se interage e se dialoga, não estabelecendo em nenhum momento um programa rígido de ensino.

Também é outro o papel do(a) educador(a) no processo político-pedagógico que aqui se propõe. Como não aderimos à lógica disciplinar, não se organiza o processo de aprendizagem em função das disciplinas escolares. Portanto, não se define a função do(a) educador(a) em razão de sua formação específica. Educador(a) deixa de ser “professor de matemática, história, língua, geografia” e passa a ser um(a) articulador(a) do processo de formação, liderança política e intelectual.

A diferença entre educadores(as) e educandos(as) não está apenas na trajetória de vida, nem no conhecimento específico deste ou daquele conteúdo, mas exatamente na maior experiência que têm com os discursos da escrita – isto é, em seu maior nível de letramento. Essa experiência, e não apenas a informação específica em uma ou outra área do conhecimento, justifica a ação pedagógica.

Na verdade, propomos uma renovação na relação entre educador(a) e educando(a). O(a) educador(a) não é simplesmente aquele que detém conhecimento de determinada área, mas carrega experiência de letramento. E por meio do diálogo com os saberes que os educados também possuem, ambos se mobilizam para a criação de novos saberes e novas práticas.

Formados dentro de uma concepção de ensino fundada na transmissão disciplinar do conhecimento, é natural que muitos(as) educadores(as) encontrem dificuldade para montar um programa de trabalho, definir objetivos, estratégias e processos de avaliação apropriados para a educação que aqui se defende. Apesar de real, não podemos naturalizar certas dificuldades utilizando o argumento de que ainda não atingimos patamar satisfatório de qualificação os profissionais da educação, nem manter um modelo de educação simplesmente porque está culturalmente estabelecido. Daí a necessidade de haver profissionais criativos e curiosos, capazes de se encantarem com cada descoberta e renovarem constantemente as interrogações sobre o real. O integrar aposta em um tipo de envolvimento com o conhecimento no qual educador(a) e educando(a), embora diferentes entre si, aprendem um(a) com o(a) outro(a).

Deve ficar claro que essa proposta de educação de adultos trabalhadores(as) não é tentativa de simplificar ou banalizar o ensino. Ao contrário, além de complexa, é mais exigente e epistemologicamente mais coerente.

C) O Diálogo com o Referencial Escolar

Afirmamos anteriormente que a proposta transdisciplinar tem grande diferença de encaminhamento em relação à educação regular. Devem ser somadas a isso as dificuldades de aceitação por parte dos(as) educandos(as) e dos(as) educadores(as) de abordagem com essas características, pois estão

continuamente sob pressão de uma avaliação preconceituosa e conservadora. O currículo que estabelecemos não apresenta rol de disciplinas, como faz o currículo escolar. Não obstante, estabelecemos certo diálogo com os parâmetros curriculares oficiais, não como preparação dos educandos(as) para uma prova, mas a fim de demonstrar que um programa dessa natureza tem a universalidade desejada e necessária à formação de uma pessoa de nível de ensino fundamental e médio.

Apesar de não ter disciplinas nos moldes tradicionais, a proposta supõe o diálogo com os currículos institucionais. Todavia, se tivermos como objetivo a execução do currículo tradicional, inevitavelmente cairemos no modelo de educação enciclopédica. É impossível modificar a base epistemológica do ensino e, ao mesmo tempo, querer dar conta de um núcleo programático que supõe outra base epistemológica. Se a proposta metodológica do Programa Integrar for bem-sucedida no essencial, ou seja, se possibilitar autonomia aos sujeitos, o restante virá por acréscimo.

Um programa de educação define-se em função dos interesses das partes envolvidas, dentro de uma opção política. Os interesses incluem os aspectos objetivos – necessidades e finalidades socialmente estabelecidas – e os aspectos subjetivos – demandas de cada indivíduo –, não devendo ser confundidos com vontade imediata ou gosto pessoal.

As ações do Programa Integrar correspondem ao Ensino Fundamental e Médio. Reconhecer isto, como dissemos, requer diálogo com as referências escolares, pois se trata de saber constituído historicamente, e é objetivamente paradigma de avaliação social. Mas o reconhecimento não implica que a proposta de educação que praticamos seja apenas método diferente de ensinar os conteúdos tradicionais; pelo contrário, está em questão a construção de novos conteúdos e formas de abordá-los, novos métodos e metodologias, novas relações entre educadores e educandos, enfim, outra educação.

Não há razão objetiva para reproduzir, em um processo de educação de adultos, a estrutura e os conteúdos de ensino da educação tradicional. Se os conteúdos possíveis são diferentes, o princípio das disciplinas não se justifica. O estudo e o aprendizado não se definem em função desta ou daquela matéria, mas dos temas estabelecidos como importantes. Para compreender, por exemplo, as razões do desemprego, implica estudar a economia, política,

história, geografia; ler, fazer anotações, cálculos, gráficos, tabelas etc. Além disso, o processo pedagógico deseja desenvolver a cidadania, isso é algo intrínseco à própria formação. Por isso colocamos como uma das nossas prioridades a busca de reinserção no mundo do trabalho (em suas diferentes modalidades) e desejamos modificar o contexto social no qual se está inserido. Como se pode ver, outra é a relação pretendida entre os sujeitos e o conhecimento.

A diferença entre os dois níveis de ensino (fundamental e médio), distintamente do que ocorre na lógica escolar tradicional, não resulta da capacidade individual dos sujeitos, muito menos do volume de conhecimento acumulado previsto em um programa fixo. A diferença entre um e outro ocorre em função da história de cada participante – rica de experiência e de saber forjado na vida cotidiana e nas múltiplas formas de interação - e do grau de complexidade dos temas tratados em cada nível.

Não se deve perder de vista que é uma proposta de educação de adultos. O sujeito adulto participa do mundo de maneira diferente da criança. Novamente, em questão uma decisão políticoepistemológica, e não simplesmente opção metodológica. Talvez os(as) educandos(as) que experimentam o percurso formativo do Integrar tenham menos contato com conteúdos escolares convencionais. Por outro lado, certamente vivenciarão experiências e enfrentarão questões inimagináveis na dinâmica da escola formal. A lógica do Programa Integrar estimula o pensamento e leva os(as) educandos(as) a analisar e debater questões como mudanças no mundo do trabalho, nação brasileira, políticas públicas, desenvolvimento e globalização. Enfim, os(as) participantes do Programa Integrar – educandos(as) e educadores(as) – edificam seu aprendizado sobre e sob bases as quais a educação tradicional sequer pensa existir.

No que se refere especificamente aos conteúdos disciplinares (língua portuguesa, matemática, ciência, história e outros), são freqüentados quando se tornam necessários para o desenvolvimento temático. Ao invés da lógica progressivo-cumulativa da educação geral propedêutica, impõe-se um princípio que, admitindo a fragmentação das formas de saber e reconhecendo a inevitável multiplicação das disciplinas do mundo moderno, toma a própria práxis como elemento organizador da construção do conhecimento. O

desenvolvimento de conceitos deve ser instrumento de apreensão da realidade e alvo permanente de reelaboração. O exercício de análise da realidade concreta indica, a cada momento, o quanto e como este ou aquele conceito são essenciais. Na realidade, ocorre a permanente problematização dos conceitos a partir dos lugares e pontos de vista dos sujeitos envolvidos no processo pedagógico. É plenamente admissível que conteúdos tradicionalmente considerados de ensino fundamental apareçam nas atividades do ensino médio e vice-versa.

D) Princípios de Avaliação

A concepção pedagógica do Integrar considera que a avaliação é inseparável do processo de ensino-aprendizagem. Avaliar implica desejar mudança qualitativa nas ações pedagógicas. Não concebemos a avaliação como sistema de provas e testes, com atribuição de notas e a classificação entre aprovados(as) e reprovados(as). Essa avaliação reforça valores de submissão e competição, e não consegue captar aspectos do processo educativo.

No lugar de avaliação classificatória, o Integrar considera o crescimento efetivado pelos(as) educandos(as) no decorrer do processo, consideradas as condições iniciais e os objetivos propostos. É fundamental a formação permanente do(a) educador(a), que propicie a reflexão, pautada na idéia de que refletir é avaliar, e avaliar é estabelecer objetivos e planejar.

A avaliação é parte da construção do conhecimento e tem por finalidade alimentar a crítica, de modo a permitir que aqueles(as) que dela participam interfiram na dinâmica dos acontecimentos. Portanto, processo de reconhecimento contínuo das potencialidades, capacidades e necessidades do grupo e de cada participante em particular. Assim entendida, a avaliação é constante movimento de ação-reflexão-ação.

O Integrar recusa avaliações paternalistas e assistencialistas, por não serem condizentes com a condição do sujeito adulto, dotado de experiência e saber e com capacidade de atuação individual e coletiva em seu meio.

Não é propósito do programa medir o quanto sabe um(a) ou outro(a) educando(a) e se é suficiente. Sendo o trabalho coletivo, cada participante aproveita o que precisa e corresponde à sua história e à realidade.

A avaliação deve:

- ⇒ considerar a situação e participação dos(as) educandos(as), do grupo e dos(as) educadores(as);
- ⇒ ser transparente, discutida e acordada entre os envolvidos;
- ⇒ ser realizada coletivamente, com o propósito de perceber as dificuldades encontradas durante todo o percurso formativo;
- ⇒ orientar as próximas ações político-pedagógicas.

Para isto, ela implica os referenciais:

- ⇒ Compromisso: nem educadores(as) e nem educandos(as) têm condições de, isoladamente, fazer com que os objetivos sejam alcançados; o compromisso, que vai além da boa vontade, supõe a aprendizagem da auto-organização, da atuação com independência e de ter disciplina de estudo e trabalho.
- ⇒ Frequência/participação: a frequência está relacionada à participação, devendo ser vista não como forma de controle, mas possibilidade de troca de experiências e de fortalecimento do grupo.
- ⇒ Vivência de valores: progressiva sensibilização e vivência de valores humanos que visem à promoção da vida; devem se expressar em atitudes solidárias, autonomia de pensamento e ação, respeito à diversidade, transparência nas relações, indignação frente às injustiças, colaboração e cooperação.

A observação contínua dos(as) educandos(as) é de fundamental importância. Trata-se de conhecer e compreender os(as) trabalhadores(as) envolvidos com o Programa. Para conhecer o(a) educando(a) que entra no Programa Integrar lançamos mão da avaliação diagnóstica, que não deve ser confundida com simples coleta de dados. Na verdade, é sistematização prévia de informações, históricas e sociais, produzida pelos(as) educadores(as) em conjunto com os(as) educandos(as). Está centrada na investigação do conhecimento abstrato e da prática individual e coletiva. São utilizadas as seguintes atividades: entrevista coletiva, ficha de auto-avaliação e exercícios de sondagem inicial. Com base no conhecimento elaborado sobre os(as) educandos(as), é possível planejar intervenções pedagógicas e didáticas mais adequadas.

A avaliação inclui as dimensões diagnóstica e processual. Instrumento de aferição de avanço, identificação de novos rumos, reconhecimento dos caminhos percorridos e de caminhos a serem perseguidos. A seguir, apresentamos alguns tópicos de referência de avaliação de determinada ação ou de período de trabalho.

- ⇒ Do que estudamos/investigamos, que coisas foram mais importantes (que mais mexeram com o grupo, que mais permitiram o conhecimento da realidade)?
- ⇒ Em que os estudos/pesquisas/ações desenvolvidos não corresponderam às nossas expectativas? Por que não?
- ⇒ Que coisas precisamos estudar/investigar/fazer mais?
- ⇒ Que atividades (em aula e nos laboratórios e oficinas pedagógicas) poderiam ter sido realizadas de maneira mais apropriada em função de nossos objetivos?
- ⇒ Como o grupo pode se organizar para avançar mais no processo de produção do conhecimento?
- ⇒ Na realização da avaliação usamos diferentes recursos, entre os quais destacamos:
 - ⇒ Registros coletivos e individuais do trabalho realizado.
 - ⇒ Pesquisas (bibliográfica e de campo).
 - ⇒ Planos e relatórios (visitas, filmes, leituras, eventos).
 - ⇒ Produção de variadas formas de expressão.
 - ⇒ Observação continuada de situações do processo educativo.
 - ⇒ Planejamentos e relatórios.
 - ⇒ Estabelecimento coletivo das próprias formas de avaliar: avaliação pontual x avaliação processual; avaliação interna x avaliação externa; individual x grupal.
- ⇒ Comparação das avaliações desenvolvidas nos grupos.

E) Formação de Educadores(as)

Consideramos a formação de educadores(as) um dos pilares da proposta de educação integral dos trabalhadores. Portanto, parte essencial do nosso projeto pedagógico.

O Integrar entende a formação de seus educadores como constante exercício de reflexão da prática educativa. A partir da certeza de que ensinar e aprender são inseparáveis, procuramos transformar a prática pedagógica em objeto de pesquisa e geradora de conhecimento.

No Integrar dedicamos alguns momentos específicos à qualificação dos educadores. Nos momentos de “intervalo ativo” entre um eixo temático e outro, apostamos na troca de experiência, com a intenção de transformar em patrimônio coletivo os aprendizados gerados na relação entre os educadores e educandos.

Nos momentos específicos da formação de educadores dedicamos tempo à avaliação do trabalho realizado e ao planejamento das principais ações que compõem o percurso formativo (sala de aula, laboratórios pedagógicos e oficinas pedagógicas).

Quando agrupamos os(as) educadores(as) para partilhar saberes produzidos no cotidiano da prática pedagógica, idade local, para planejar ações comuns ou estudar mais detidamente algum tema relacionado ao “ofício”, pretendemos forjar um perfil de educadores(as) o mais próximo possível da proposta política e pedagógica do projeto.

A formação de educadores(as) serve, sobretudo, para superar o “trabalho alienado” e instalar cultura de diálogo, reflexão, avaliação e sistematização da prática. Por fim, pensamos os momentos específicos de formação de educadores como espaço privilegiado para fortalecer o sentimento de pertencimento e de engajamento ativo na construção e re-construção do próprio projeto, por meio da problematização das orientações, sugestão de novos caminhos e negociação de compromissos.

Temas tratados na Formação de Formadores:

- ⇒ Relação trabalho e educação.
- ⇒ Fundamentação conceitual e metodológica da Educação de Adultos;

- ⇒ Currículo integrado, unidocência e transdisciplinaridade.
- ⇒ Concepção de educação integral.
- ⇒ Estratégias de sistematização das práticas educativas.
- ⇒ Planejamento e organização das atividades educativas.
- ⇒ Concepções de avaliação pedagógica.

F) Sistematização:

As ações do Integrar não se restringem a um trabalho de socialização de conhecimentos instituídos. Carregamos a ambição de criar novos conhecimentos a partir do encontro entre a experiência de vida e de trabalho dos educandos com os conhecimentos dos educadores, mediado pelos elementos conceituais do nosso projeto político e pedagógico. Mencionamos que o Integrar não se limita a “formar sujeitos empregáveis”, mas seres humanos autônomos estimulados a intervir para mudar as relações de dominação e exploração. Em suma, o Integrar é um projeto que pretende formar agentes com acesso aos instrumentos e ferramentas para compreender e intervir na realidade que os cerca. A sistematização tem a função de captar o movimento real da prática, o seu sentido vivido e atribuído. Por isso consideramos que seu objeto deve ser a prática pedagógica em toda a sua complexidade e sujeitos implicados.

Desde o início, o Integrar considerou que os seus fundamentos políticos e pedagógicos germinariam a partir da experiência do próprio Programa. Ou seja, não viriam de uma externalidade preconcebida. Portanto, capturar das experiências em curso os fundamentos conceituais e metodológicos é uma das tarefas mais valiosas do Integrar.

Ao longo destes anos desenvolvemos um modo peculiar de tratar a sistematização. Partimos do entendimento de que não existem regras nem procedimentos consagrados para sistematizar. Também não caímos na ilusão de achar que a sistematização deve se limitar à confecção de relatórios, preenchimento de fichas, registros etc. Como também não se restringe aos momentos específicos quando tratamos a sistematização em nossas ações de formação de educadores. A sistematização é, antes de tudo, postura metodológica que prima pela reflexão, evolução conceitual e registro da

experiência. Não é exterioridade, mas perpassa a experiência, inerente ao cotidiano da prática educativa. Entendemos a sistematização como modo peculiar de reflexão e registro da prática educativa visando à interpretação densa dos seus significados. Ela propicia a união dos diferentes sujeitos em torno do desafio de produzir conhecimento a partir de experiência comum.

Quando a sistematização cria campo reflexivo sobre o desenvolvimento da experiência, acaba favorecendo a convergência entre os sujeitos, envolvendo-os ativamente e criticamente na concretização do projeto. Sendo mais ativos, os sujeitos passam a se considerar coautores do projeto. Para ocorrer, deve haver abertura para acolher questionamentos, analisar sem temor as contradições, absorver novos objetivos e, se for o caso, alterar caminhos. As perguntas essenciais elencadas pelo Projeto Integrar não possuem respostas definitivas e inquestionáveis.

Capítulo V

A Estrutura Curricular do Ensino Fundamental

Ensino Fundamental

A proposta metodológica do Ensino Fundamental está organizada em torno de eixos temáticos, articulados entre si, mas independentes, sem progressão necessária. São eles: Trabalho e Tecnologia, Economia e Exclusão Social, Saúde e Cidadania, Cidade e Políticas Públicas, Gestão e Planejamento.

O elemento unificador é a compreensão da realidade político-econômica da sociedade contemporânea na qual os(as) trabalhadores(as) estão inseridos, com ênfase nos processos de acumulação do capital, exploração do trabalho, exclusão social, expressões culturais e formas de organização e resistência dos(as) trabalhadores(as).

Em função desses eixos, definem-se os temas para investigação. De imediato, as transformações no mundo do trabalho se destacam como tema a ser compreendido em toda a sua complexidade. A partir da análise das transformações que ocorrem no mundo do trabalho e da estrutura social que gera a atual condição de vida dos(as) trabalhadores(as), pode-se imaginar

formas de enfrentar a exclusão social, o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho.

As novas tecnologias e formas de organização do trabalho estão diretamente articuladas ao processo de globalização e à chamada “revolução informacional”. Analisar esses processos significa compreender como funciona a nova ordem econômica e política mundial.

Tudo isso está em um espaço, um território, lugar objetivo. O lugar é a cidade, entendida como o ambiente da sociedade industrial de massa. Na cidade se exerce a cidadania, e os(as) educandos(as) são motivados(as) a exercê-la por meio da participação, ação coletiva e conhecimento das lutas locais e gerais.

Eixos Temáticos e sua Fundamentação

1. Trabalho e Tecnologia

O mundo sofreu, no último quarto de século, profundas mutações, que implicam novos riscos e novas possibilidades. Da base técnica (agora baseada na informática) à geopolítica (da lógica da guerra fria a outra, marcada pelo inédito poder dos Estados Unidos, como única superpotência, e pelos blocos regionais), incluindo a subjetividade, as mutações são enormes.

Para compreender o estágio atual do capitalismo globalizado, assim como suas implicações sociais e territoriais, é imprescindível certo aprofundamento de como o capitalismo de configurou ao longo da história, e como a técnica e a tecnologia foram manejadas para sustentar o processo de acumulação do capital.

Cada período histórico é marcado por uma base técnica, ao qual corresponde um modo de organização e gestão do trabalho. Daí a importância de investigarmos as revoluções industriais e os paradigmas produtivos (taylorismo, fordismo e “pós-fordismo”). Trabalho e tecnologia são abordados como construções sociais determinadas pelas relações entre os seres humanos em lugares e tempos específicos.

Simultaneamente ao processo de historização do capitalismo, privilegiamos o estudo de iniciativas produtivas, uso alternativo de tecnologias e projetos sociais desenvolvidos pelos(as) próprios trabalhadores(as). Temas como o

surgimento do cooperativismo, associação de produtores, autogestão, organização nos locais de trabalho e tantos outros, são tratados para demonstrar que a história do capitalismo também é marcada por projetos contrahegemônicos.

2. Economia e Exclusão Social

Mesmo com os avanços tecnológicos e científicos da civilização ocidental, nunca, em toda a história, foi tão grande a distância entre ricos e pobres, nem tão violentas as misérias às quais está submetida mais da metade da humanidade. O tema central deste eixo temático gira em torno das formas de apropriação do capital nas diversas dimensões econômicas e sociais, incluindo modelo econômico desigual e excludente. Tomam-se como objetos privilegiados de reflexão o mapa da pobreza no Brasil e o crescimento dessa pobreza com a adoção das políticas neoliberais.

Deseja-se, ainda, desenvolver uma compreensão sobre a trajetória da economia e a inserção do país no cenário internacional, bem como aprofundar o papel do Estado na história brasileira. Após esses estudos, avançamos no debate sobre a possibilidade de novos parâmetros para uma economia que coloque como fim o ser humano e o desenvolvimento mais amplo da sociedade.

3. Saúde e Cidadania

Este eixo temático tem como questão fundamental a vida humana em sociedade. Portanto, consideramos conceito estruturante a noção de ser vivo, necessidades biológicas, modos de reprodução e evolução, relação com o ambiente físico e social, aspectos morais, éticos e psicológicos à vida associados, em contraposição à visão de saúde limitada à questão médica.

Discutir saúde e cidadania significa considerar que a saúde não pode ser encarada de forma homogênea, desvinculada das representações, valorações e do contexto social. A saúde, além de bem individual, é processo coletivo e social. Daí o motivo de estudar a história, o espaço em que homens e mulheres atuam, o ambiente, como fonte de vida e bem social. A saúde não é tema

neutro como normalmente se pensa. Debatê-la exige tomada de posição em relação a interesses vinculados a segmentos sociais.

Também integram esse eixo questões que envolvem a saúde do trabalhador. A partir da análise de como o capitalismo passou a tratar “o corpo do trabalhador”, chegamos à discussão recente sobre trabalho seguro e defesa da saúde nos espaços de trabalho.

4. Cidade e Políticas Públicas

Do ponto de vista espacial, político e cultural, a cidade moderna expressa as contradições de uma sociedade desigual e injusta. O objetivo central deste eixo temático é compreender a cidade como território privilegiado do atual estágio de acumulação do capital, estimulando a reflexão crítica do viver no espaço urbano. Transcendendo reflexão meramente denunciadora, a cidade é pensada como ambiente vital e espaço de intervenção do cidadão. Daí a importância de se fundamentar historicamente a formação do espaço urbano, assim como o aprofundamento dos conceitos de cidadania, democracia, governo e representação. Os temas da segregação e da violência urbana também ocupam lugar de relevo no eixo temático.

Questão importante é o estabelecimento prático das formas de intervenção nas políticas públicas. Realiza-se o exercício de observação da paisagem urbana para, a partir daí, projetar propostas de enfrentamento dos problemas, com o intuito de re-pensar a cidade e as formas de intervir nas políticas públicas. Fundamentalmente, se quer a ampliação do conhecimento da cidade, explorando não só os problemas, mas também as oportunidades que acaba gerando.

5. Gestão e Planejamento

Depende fundamentalmente de cada pessoa mudar a própria vida, os sindicatos, o nosso bairro, a nossa cidade, o nosso país. Há bastante tempo sabemos disso. Sabemos porque aprendemos com aqueles que lutam contra as injustiças e agem para concretizar seus sonhos. Pessoas que, coletivamente, fazem da luta por um novo mundo o sentido e a alegria de viver.

Este eixo aborda o planejamento e a gestão em diferentes dimensões. No mundo do trabalho, procuramos os processos de planejamento e gestão das empresas. No espaço urbano, interrogamos sobre as formas de gestão da cidade e suas políticas públicas. No plano individual, os(as) educandos(as) se voltam para os seus projetos de vida. Com relação ao projeto de vida, algo situado na esfera mais íntima e subjetiva, cabe o registro de que o Integrar passou a ser uma grande oportunidade, na qual os sujeitos puderam reconstruir projetos individuais e coletivos em relação ao trabalho, à comunidade e até mesmo à família.

Por meio do instrumental oferecido pelo planejamento, educadores(as) e educandos(as) exercitam mais profundamente estratégias para analisar os problemas (particularmente os debatidos nos demais eixos temáticos) e os mecanismos para serem superados.

O eixo temático também trata das formas de organização e participação dos(as) trabalhadores em perspectiva solidária e coletiva. Oferecemos aos(as) educandos(as) instrumentos para ação mais eficaz nos lugares de atuação - grupos comunitários, associações de bairro, cooperativas ou movimentos de intervenção em políticas públicas.

Devem ser destacadas as possibilidades geradas no âmbito da economia solidária. No entanto, não abordamos a economia solidária como caminho "mágico" que superará os problemas do desemprego e única alternativa plausível. Promovem-se intercâmbios e aproximações dos(as) educandos(as) com as experiências de economia solidária existentes, investiga-se como as experiências equacionaram problemas de ordem legal, administrativo e comercial. Se for o caso, debatemos com os(as) educandos(as) interessados(as) as formas e mecanismos para organização de empreendimentos solidários.

CAPÍTULO VI

Estrutura Curricular do Ensino Médio

Ensino Médio

A proposta metodológica do Ensino Médio dá continuidade ao processo de reflexão das questões suscitadas no Ensino Fundamental, em concepção de aprofundamento e não progressão linear. No Ensino Médio procura-se desenvolver conhecimento mais detalhado do funcionamento da sociedade contemporânea e qualificar cada vez mais a intervenção política e organizativa dos(as) trabalhadores(as). A exemplo do Ensino Fundamental, o Ensino Médio é composto de cinco eixos temáticos. Apesar de independentes, são articulados entre si.

Um dos eixos está voltado à percepção das desigualdades da sociedade brasileira, causas e implicações. Assim como entender a inserção do Brasil na economia mundial, sobretudo a partir da ascensão das políticas neoliberais.

Interessa também analisar como se construiu a nação brasileira e a formação da identidade nacional, reconhecendo símbolos, processos e tendências que se manifestam na disputa político-ideológica. Retomamos a reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho, contextualizando-as historicamente e destacando suas implicações para os(as) trabalhadores(as).

De modo a ampliar o universo de análise, há reflexão sobre como o capitalismo, ao longo de sua história, dirigiu o corpo, a saúde e a vida humana. Para o Integrar, entender os sentidos do corpo (corpo disciplinado, corpo do trabalho e tudo aquilo que o envolve) e suas relações (com saúde, ambiente e espaço urbano) é uma das condições para o fortalecimento da cidadania.

Na verdade, procuramos problematizar os paradigmas do conhecimento científico e as relações entre ciência e tecnologia. A partir dessas reflexões pretende-se desmistificar o pretense caráter universal e a-histórico do capitalismo e os principais conceitos que lhe dão sustentação.

Os eixos temáticos do Ensino Médio são as desigualdades na sociedade brasileira; a construção da nossa nação e da identidade nacional; ciência e tecnologia; saúde, ambiente e urbanidade; e as transformações no mundo do trabalho.

Eixos Temáticos e sua Fundamentação

1. As Transformações no Mundo do Trabalho

A mídia e as classes dominantes difundem incessantemente a idéia de que somente existe futuro no capitalismo. Restaria, portanto, apenas o consumo individualista e imediatista de nossa vida efêmera e cada vez mais descartável. O futuro estará assegurado se o depositarmos nas mãos das tecnocracias do Estado e do Capital, que nos levarão ao mundo maravilhoso da globalização. O eixo temático tem como desafio investigar os processos de mudança que, ao longo do século XX, redefiniram o mundo contemporâneo. A proposta está em desenvolver a autopercepção dos(as) educandos(as) em relação ao seu papel de sujeitos históricos individuais e coletivos, em um contexto marcado por transformações cada vez mais dinâmicas.

Aborda-se metodologicamente a trajetória de vida (profissional, formação de saberes, política, familiar etc) dos(as) educandos(as) e as interpretações simbólicas que fazem sobre o mundo à sua volta. O exercício de reflexão penetra as visões de mundo dos sujeitos para explorar as possibilidades abertas, muitas vezes dominadas por incertezas e fatores incontrolláveis.

Para levar adiante a discussão, consideramos dois aspectos nucleares que devem ser desenvolvidos pela investigação direta (pesquisa histórica e depoimento pessoal) e estudo teórico, o que permitirá o registro da própria história e a reflexão sobre a história que queremos fazer. São eles:

- ⇒ As histórias pessoais – as memórias familiares, raízes culturais, formação profissional e educação; a vida profissional e a participação nas associações de classe;
- ⇒ A história do trabalho e da organização dos trabalhadores – formas e técnicas de produzir; efeitos da inovação tecnológica; relações subjetivas entre o trabalhador e o trabalho; lutas sindicais e operárias.

2. Desigualdades na Sociedade Brasileira

Uma das formas de entendermos a formação da sociedade brasileira e a sua dinâmica atual é investigar os mecanismos que geram e perpetuam as desigualdades.

Desigualdades, pobreza e exclusão social, analisadas em perspectiva histórica, são os temas do eixo temático.

As diversas formas de desigualdades produziram e são o produto de quadros de pobreza, miséria e exclusão social.

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que há situações de carência nas quais os indivíduos não conseguem manter padrão mínimo de vida, condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico (a linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar pobres todos aqueles indivíduos que se encontram abaixo do seu valor).

Nos últimos 20 anos, o patamar de pobreza tem oscilado, tendo atingido seu nível mais alto por ocasião da recessão do início dos anos 80, quando o percentual de pobres ultrapassou os 50%.

As políticas neoliberais, o fenômeno da globalização e os processos de mudanças no mundo do trabalho, que de modo combinado vêm atuando sobre a realidade brasileira, sobretudo a partir do início dos anos 90, têm tornado mais atual o debate sobre as desigualdades sociais.

Não analisamos as desigualdades em perspectiva simplória e denunciadora. Procuramos entender como se manifestam e os mecanismos que as reproduzem nas relações entre classes sociais, territoriais, setoriais, gênero e etnia.

3. A Construção da Nação Brasileira e da Identidade Nacional

O principal objetivo do eixo temático é compreender o papel exercido pelo mito da “identidade nacional” no ocultamento e reprodução das desigualdades da sociedade brasileira. Por meio do estudo da formação social brasileira, se analisa como as classes dominantes impuseram ao imaginário cultural uma

visão de Brasil, e qual sua “vocação histórica”. Exploramos o contraste existente entre um país tremendamente desigual e a imagem de paraíso e a terra abençoadada por Deus que se tem do Brasil.

Para desenvolver a análise é essencial, primeiramente, refletir sobre a idéia de identidade nacional e seu papel no mundo contemporâneo. O conceito de identidade tem sido utilizado nas ciências humanas, de forma geral, para definir aquilo que faz com que um conjunto de seres humanos se sinta unido, ou com que cada um de seus membros se considere igual aos demais.

A identidade pode ser composta por grande diversidade de variáveis. Por exemplo, heranç  cultural (língua, costumes, religião etc); papéis socialmente definidos para segmentos da população (mulheres e homens, jovens e idosos); escolhas (posicionamento político-ideológico, opções sexuais, estilo e preferências est ticas); classe social etc.

No mundo contemporâneo, os vários elementos definidores de identidade se cruzam, se influenciam reciprocamente e se transformam, às vezes com muita rapidez. A definição da identidade, ou das identidades de cada grupo ou indivíduo, não pode ser vista, portanto, como algo est tico e predeterminado, mas resultado de processo bastante complexo. No lugar do conceito abstrato de identidade nacional, nos debruçamos sobre algumas questões:

- ⇒ Como os vários elementos que influenciam as definições de identidade se articularão? Qual deles será determinante? (por exemplo: em quais situações um operário negro, nordestino e evangélico, se identifica mais fortemente a partir de cada um dos elementos que compõem suas possíveis definições de identidade, ou da combinação de alguns deles?);
- ⇒ Quais mudanç as de significado estão ocorrendo em relação a cada um desses elementos? (por exemplo: quais as principais diferenç as entre ser mulher hoje e há 20 anos? Quais influências essas mudanç as têm em planos tão diferentes quanto a vida familiar e a participação política?).

Os exemplos sugerem como a formação de identidade nacional e grupal   plural e envolve muitas possibilidades, sobretudo em um mundo que se transforma velozmente, no qual informações e pessoas circulam cada vez mais.

Com o surgimento do Estado-Nação contemporâneo, se fortaleceu a tentativa de estabelecer visão absoluta e autoritária de identidade nacional definida a

partir do pertencimento de cada indivíduo a uma nação, colocando-a acima de qualquer outra forma de vínculo ou de lealdade que o mesmo possa ter ou sentir (por exemplo, em relação à classe social, à religião, à sua geração etc). No Brasil, esse processo se deu por meio da incorporação do conjunto da população à nação, sem a promoção da cidadania, ou seja, algo capaz de solidificar a idéia de participação em uma comunidade nacional.

Os próprios produtos da cultura popular, especialmente no século XX, foram instrumentalizados para servir de base ao discurso ufanista sobre “a maravilha de ser brasileiro”. A incorporação da cultura gerada, nutrida e preservada pelo povo brasileiro no seu cotidiano à “cultura nacional”, visa neutralizar o potencial transformador e relegar as maiorias a um lugar subordinado e passivo.

Desenvolver visão crítica sobre a identidade cultural brasileira é essencial na elaboração de alternativas que contribuam para superar os mecanismos de exclusão e de opressão vigentes na nossa sociedade. Para isso, é fundamental analisar as particularidades da história brasileira em relação aos processos culturais, econômicos e políticos. Na verdade, o maior desafio do eixo temático é entender como se formou o imaginário sobre o que é o Brasil e o que significa ser brasileiro, como se mantém até hoje e o que pode ser feito para superá-lo.

4. Ciência e Tecnologia

A palavra ciência ainda tem a imagem de atividade misteriosa, realizada por indivíduos “excepcionais”, dotados de “extraordinária inteligência” e “desapego” aos valores e modos de vida convencionais.

As representações sempre presentes no imaginário popular são a do bruxo medieval que manipula ossos e caveiras, ou a pessoa de avental branco em laboratório cheio de frascos, nos quais fervem misturas químicas e há jaulas com pequenos animais. Também a imagem do sujeito descabelado, com cara de louco e língua de fora. Formas de representação nas quais a ciência está articulada à verdade absoluta e ao desprendimento pessoal. Nesse universo, não haveria lugar para a dúvida, o erro e disputas mesquinhas por dinheiro e

poder. Quando se quer afirmar que algo está absolutamente certo, diz-se que foi “cientificamente provado”.

A ciência, no entanto, não existe fora do tempo. Ela é parte do mundo em que vivemos, intimamente articulada ao universo prático-simbólico que constitui a cultura da civilização ocidental e pelo qual os indivíduos percebem a si mesmos e o mundo à sua volta. A ciência produz a visão que se tem de universo, vida, espaço e tempo, entre outros distintos temas. Do mesmo modo, fazem parte do saber científico a produção de artefatos tecnológicos, conhecimentos práticos e técnicos, componentes do modo de vida da sociedade urbano-industrial.

Se se deseja pensar a ciência na lógica da produção do mundo moderno, no qual se impõem novas formas de domínio pela técnica e pelo discurso, não pode haver dúvida de que é produção humana. Portanto, resultado de enfrentamentos conceituais, disputas éticas, lógicas, estéticas, intuitivas, passionais etc. Além disso, como todo objeto de cultura, influencia outras produções e é por elas influenciada. A ciência não está isolada da política e da disputa pelo poder, como demonstram, por exemplo, a corrida espacial no período da guerra fria e, mais recentemente, a disputa por patentes de genes ou de vírus, e até mesmo a guerra econômica em torno da aids.

A idéia de que a ciência é de poucos e para poucos, que os métodos e objetos são muito complicados e inacessíveis, resulta de visão autoritária de sociedade, que supõe indivíduos especiais ou cujos privilégios são naturais. O desenvolvimento científico e tecnológico e a especialização do conhecimento estão distantes do ser humano comum.

Ensinar e fazer ciência – particularmente no ambiente escolar –, não é oferecer ao educando(a) maior quantidade possível de Física, Química, Biologia ou qualquer ciência, mas desenvolver a capacidade de pensar a partir dos referenciais da ciência, identificar e conhecer fenômenos, fazer questões e formular hipóteses verificáveis. A esse respeito, Marcelo Gleiser, autor do livro “Retalhos Cósmicos”, ao comentar o ensino da ciência na educação regular, defende que “é necessária uma mudança na filosofia do ensino das ciências, focalizando mais a visualização do fenômeno do que sua discussão conceitual, até que se atinja um equilíbrio entre ambos”. E faz questão de enfatizar que “inúmeros conceitos em física e química podem ser demonstrados com pedras,

barbantes, sal, bicarbonato de sódio, suco de limão, elásticos e outros materiais”.

As atividades pensadas para o eixo temático devem ser vistas como conjunto de ações culturais em torno das práticas e discursos científicos. Ações que podem ser ampliadas e modificadas conforme a vivência do(a) educador(a), características culturais, sociais e econômicas de cada local, preservando-se o mesmo espírito de atualidade e inserção no mundo atual da ciência e da tecnologia.

5. Saúde, Ambiente e Urbanidade

O eixo temático Saúde, Ambiente e Urbanidade parte do pressuposto de que a produção da vida não se limita à concepção clínica de saúde e bem-estar. Devem ser consideradas as definições do ser vivo, com funções e necessidades biológicas; articulação entre os modos de reprodução e evolução da espécie; relação com o ambiente físico e social. E também aspectos morais, éticos e psicológicos. Enfim, tudo o que se associa à existência humana.

Afirmamos que o trabalho é a categoria fundante das produções sociais, históricas e culturais, a partir do qual articulamos os conteúdos tratados (o corpo humano, o ambiente, o território, o espaço urbano, movimentos sociais, manifestações culturais, políticas públicas, a produção e o agenciamento da subjetividade etc). Por meio da categoria trabalho elaboramos esquemas que permitem interpretar os impactos das ações humanas no mundo da produção e no espaço da reprodução social. Em outras palavras, a saúde e a produção da vida estão inseridas em um quadro mais geral de construção histórica.

A saúde, além de bem individual, é processo coletivo. Estudar a história e o espaço em que homens e mulheres atuam como fonte de vida e bem social é parte de um projeto que quer reinventar o mundo utilizando outros parâmetros. Por isso, não é possível colocar os interesses daqueles que mercantilizam a “saúde” ao lado dos(as) trabalhadores(as) que almejam uma vida saudável. A saúde não é tema neutro. Debatê-la implica defender um mundo no qual a qualidade de vida dos seres humanos seja o principal fim.

No que se refere ao ambiente, trata-se de observá-lo como lugar de manifestação da vida. Não estudamos a natureza abstratamente. A água,

resíduos sólidos, formas e fontes de energia, a cidade e suas edificações, condições e relações de trabalho, produção de alimento, possibilidades de lazer e sistemas de atenção à saúde são resultado do trabalho humano no que se refere a condições de vida saudável.

Na sociedade de classes, riqueza, poder, território e diversos outros valores e bens são desigualmente distribuídos. Pensar a saúde, o ambiente e a urbanidade supõe considerar o processo histórico social em que se produzem e se sustentam essas desigualdades.

Bibliografia

- ARRUDA, Marcos e outros. Trabalho e conhecimento: Dilemas na educação do trabalhador. São Paulo, Cortez, 1987.
- BRUNO, Lúcia e outros (org.). Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo. São Paulo, Atlas, 1996.
- CASTRO, Nadya de Araújo. "Qualificação, qualidade e classificações". In: Revista Educação e Sociedade, ano XIV. Agosto 1993.
- CUT. "Formação Profissional". In: Resoluções do V Concut. São Paulo, CUT, 1994.
- _____. "Formação Profissional". In: Informacut nº 257. São Paulo, CUT, 1995.
- DAGNINO, Evelina. "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania". In: Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- DIEESE. Formação Profissional: um novo espaço de negociação. Pesquisa DIEESE, São Paulo, n.14, maio 1992.
- FERRETTI, Celso J. e outros. Tecnologias, trabalho e educação. 3a ed. Petrópolis, Vozes, 1994.
- FERRETI, C.J., SILVA JUNIOR, J.R., SALES, M.R. (orgs.). Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?. São Paulo: Xamã, 1999.
- FREIRE, Paulo. A educação na cidade. São Paulo, Cortez, 1991.
- _____. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo, Cortez, 1996.
- GLEISER, Marcelo. A Dança do Universo. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V. I, II e III.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1996.
- HIRATA, Helena. "Da polarização das qualificações ao modelo de competência". In: Ferretti, Celso J. e outros. Novas tecnologias, trabalho e

educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis, Vozes, 1994, pp. 124-138.

KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da fábrica. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1985.

_____. O trabalho como princípio educativo. São Paulo, Cortez, 1988.

LEITE, Elenice M. “Reestruturação produtiva, trabalho e qualificação no Brasil”. In: Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo, São Paulo, Atlas, 1996.

LEITE, Márcia de Paula e POSTHUMA, Anne Caroline. “Reestruturação produtiva e qualificação: Reflexões sobre a experiência brasileira”. Texto apresentado no IV Encontro Nacional da Abet, set. 1995. Livro_cnm_maior.indd 76.

LEITE, M. de P. e SHIROMA, E. “Novas tecnologias, qualificação e capacitação profissional: Tendências e perspectivas na indústria metalúrgica”. Em Aberto, Inep/MEC, Brasília, 1995.

LIMA A. A. B. (2000) Qualificação Profissional e Sindicalismo Brasileiro na Virada do Século XXI – Momento de Decisão? In: Revista Formação Sindical em Debate. Escola Sindical SP – CUT São Paulo, no. 04, julho 2000.

LIMA, A. A. B. e LOPES, Fernando Augusto Moreira. Diálogo Social e Qualificação Profissional: experiências e propostas. Coleção: Qualificação Social Profissional. Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO e SEFOR. Planfor 1996/9. Planos Estaduais de Qualificação, Parcerias Nacionais e Regionais (Avaliação Gerencial, 1996). Brasília: MTb (mimeogr.), 1997.

OLIVEIRA, Roberto Vêras. A Qualificação Social como Política Pública. Brasília: MTE, SPE, DEQ, 2005.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1997. (2ª edição).

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil – território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, Record, 2001.

A N E X O

Sinopse dos Programas Desenvolvidos pelo Instituto Integrar

Voltado para os(as) trabalhadores(as) desempregados(as) ou sob risco de desemprego é uma experiência de educação com certificação, sua principal inovação é a integração curricular dos conteúdos do ensino fundamental com a qualificação social e profissional.

O Programa tem como centralidade o “trabalho” e uma estrutura composta de cinco eixos temáticos: trabalho e tecnologia; economia e exclusão social; saúde e cidadania; cidade e políticas públicas, gestão e planejamento. As categorias de gênero, raça e geração, assim como a inclusão digital e informática são tratadas permanentemente durante todo o curso.

O Ensino Fundamental é organizado em três modalidades articuladas entre si.

Ações de Sala de Aula

Neste espaço os(as) educandos(as) dialogam, a partir de sua bagagem sócio-cultural, com o elenco de conteúdos previstos em cada eixo temático.

Laboratórios Pedagógicos

Consiste no desenvolvimento de atividades sócio-culturais, pesquisas e análises que possibilitem um maior conhecimento do funcionamento de ambientes de trabalho, da cidade, dos órgãos públicos e entidades da sociedade civil.

Oficinas Pedagógicas

São os espaços educativos de integração dos(as) educandos(as) com a sociedade local. Nas Oficinas Pedagógicas os(as) participantes são

incentivados a compreenderem a realidade que os cercam, e a buscarem coletivamente saída para os problemas que mais lhe atingem.

Ensino Médio

Iniciado em 2000, esse Programa integra os conteúdos do ensino médio com a qualificação social e profissional. No lugar da tradicional organização curricular estruturada em seriação, o Integrar desenvolve uma proposta que articula as áreas do conhecimento: ciências humanas e suas tecnologias, código linguagem e suas tecnologias e ciências exatas.

O Programa tem como centralidade o “trabalho” e sua estrutura é composta de cinco eixos temáticos: desigualdades na sociedade brasileira; a construção da nação brasileira; ciência e tecnologia; saúde, ambiente e urbanidade e as transformações no mundo do trabalho.

Organiza-se através de quatro modalidades articuladas entre si.

Ações de Sala de Aula

Neste espaço os(as) educandos(as) dialogam, a partir de sua bagagem sócio-cultural, com o elenco de conteúdos previstos em cada eixo temático;

Laboratórios pedagógicos

Onde são desenvolvidas atividades sócio-culturais, pesquisa e análise que possibilitam um maior conhecimento do funcionamento de ambientes de trabalho, da cidade, dos órgãos públicos e entidades da sociedade civil;

Oficinas Pedagógicas

São espaços educativos de integração dos(as) educandos(as) com a comunidade. Nas Oficinas Pedagógicas os(as) participantes são incentivados a compreenderem a realidade que os cercam e a buscarem coletivamente saída para os problemas que mais lhe atingem.

Círculos de Estudos

São os momentos em que os educandos se auto-organizam para estudar, pesquisar e planejar ações de intervenção local. As categorias de gênero, raça e geração, assim como a inclusão digital e informática são tratadas permanentemente durante todo o curso.

Extensão Universitária

No período de 1999/2000, o Integrar desenvolveu um curso de 200 horas/aula voltado para dirigentes sindicais e lideranças sociais no ensino superior. Essa experiência se deu através de um contrato de parceria com o Instituto de Economia/Cesit vinculado a Unicamp. O curso de “economia do trabalho” adquiriu um caráter inovador tanto para o Integrar quanto para o Instituto de Economia/CESIT. Para o Integrar, houve um avanço na elaboração de um percurso formativo que articulou os temas da agenda sindical com questões mais amplas, tais como: economia brasileira, desenvolvimento, estado, políticas sociais, entre outros.

O processo de democratização verificado na sociedade brasileira nos últimos anos abriu espaço para uma participação propositiva dos dirigentes sindicais e sociais nos espaços de debate entre o Estado e a Sociedade encontro entre o Estado e a Sociedade Civil. Em vista disto, o Integrar em 2001, estabeleceu uma parceria com a Universidade São Carlos para realizar um curso de 300 horas/aula de extensão em Gestão Pública.

Essas duas experiências facultaram ao Instituto Integrar a elaboração de uma proposta de educação para dirigentes e lideranças sociais ao nível de graduação.

Formação de Educadores

O Integrar considera a formação de educadores(as) como um dos pilares de sua proposta pedagógica. Em todos os cursos desenvolvidos pelo Integrar existe um considerável investimento na qualificação de educadores(as). A

formação de educadores(as) visa criar uma cultura do diálogo e estimular uma prática pedagógica que prime pelo planejamento participativo e pela reflexão, avaliação e sistematização.

Um curso de formação de educadores(as) para o Ensino Fundamental e Médio possui uma média de 210 horas/aulas e os temas abordados são os seguintes: métodos e metodologia de educação de jovens e adultos, concepção de educação integral, socialização e sistematização das práticas educativas, transdisciplinaridade, planejamento e organização coletiva da ação pedagógica, concepção e usos de avaliação pedagógica.

Desde 2001, o Integrar também vem atuando na qualificação de educadores(as) da rede pública, principalmente, na elaboração de propostas pedagógicas de educação de jovens e adultos que integre a formação geral com a qualificação social e profissional.

Também capacitamos educadores(as) para abordar os conteúdos da economia solidária nos currículos de Educação de Jovens e Adultos.

Formação de Dirigentes e Lideranças Sindicais

As transformações no mundo do trabalho impuseram aos dirigentes sindicais e lideranças sociais novas demandas de qualificação. Em 1999, o Instituto Integrar, realizou uma experiência pioneira de formação com o objetivo de capacitar dirigentes e lideranças sociais para os novos desafios impostos pela sociedade contemporânea.

Uma das novidades deste Programa é o desenvolvimento de um percurso formativo sintonizado com os conhecimentos requeridos nos níveis fundamental, médio e superior com certificação correspondente.

O Programa busca compreender a realidade vivenciada no local de trabalho em suas múltiplas relações com a região, o setor produtivo, a economia e a sociedade. Além disso, se busca uma articulação dos conhecimentos técnicos, científicos e políticos com a agenda e a estratégia dos sindicatos e dos movimentos sociais.

O Programa estrutura-se em Atividades Presenciais, Círculos de Estudos, Estudo Individual Orientado e Ação Sindical e Social Planejada. Articula formação política de dirigentes e lideranças sociais com a certificação, através

de um percurso formativo de média e longa duração e de um currículo bastante arrojado.

Pesquisa Participativa

A qualificação profissional patrocinada pelas empresas ainda é considerada propriedade privada. Parte dos empregadores não encaram a formação profissional como um direito dos(as) trabalhadores(as). Para lidar com essa realidade, o Integrar desenvolveu uma proposta que aposta no diálogo social.

O Programa prevê o estabelecimento de um processo negociado entre empresa e sindicato e é desenvolvido por meio da aplicação de uma pesquisa participante.

A metodologia da Pesquisa contempla um levantamento de dados de vários aspectos da empresa. Em posse das informações, deflagra-se o diálogo para a montagem de propostas, acompanhada por representantes dos trabalhadores, empresários e, em alguns momentos, governamentais.

O Integrar contou com o suporte técnico da Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE/UFRJ.

Formação Técnica Geral

Um dos grandes objetivos da Pesquisa Participativa para Formação Profissional é a democratização das relações entre capital e trabalho, através da realização de uma formação social e profissional contextualizada, de forma que todos(as) aqueles que participam tenham o seu saber acumulado na experiência do dia a dia do trabalho valorizado.

Em 2002, após o período de pesquisa participativa e negociações envolvendo a CNM-CUT, Instituto Integrar, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a Empresa Panex S.A Indústria e Comércio, iniciou-se o curso Formação Técnica Geral. O currículo, a metodologia e a equipe de educadores(as) foram discutidos entre as partes envolvidas.

Além dos impactos positivos no aumento da qualificação dos(as) trabalhadores(as) da empresa, esse curso possibilitou a elaboração de uma

metodologia de formação profissional e de um percurso curricular amplamente negociados.

Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

A CNM/CUT defende a constituição de um Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) onde as ações de intermediação de mão-de-obra, seguro desemprego, qualificação profissional estejam efetivamente articuladas entre si e com os demais programas relacionados com o micro-crédito, empreendimentos solidários, informações sobre mercado de trabalho, orientação profissional etc.

Além de uma efetiva integração das ações, a CNM/CUT defende a gestão democrática do SPETR, onde os diversos segmentos sociais possam participar da definição das diretrizes e exercitar o controle social.

Para concretizar essa visão, até 2002 a CNM/CUT em parceria com o Ministério do Trabalho e prefeituras, desenvolveu experiências pilotos em algumas cidades do estado de São Paulo e na zona sul da capital Paulista. Atualmente, a CNM/CUT por intermédio do Instituto Integrar, estabeleceu novas parcerias com Prefeituras com o intuito de contribuir com os esforços que vários atores sociais estão empreendendo para construir no país um Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, Integrado e Democrático.

Essas experiências têm logrado a CNM/CUT um grande acúmulo na operacionalização, integração e democratização do SPETR. Este acúmulo tem se constituído em parâmetro para remodelação desta política pública tão fundamental para os(as) trabalhadores(as) e para o conjunto da sociedade brasileira.

Juventude

Recentemente, o Integrar tem apostado no desenvolvimento de programas que possibilite a formulação de metodologias apropriadas às juventudes. Consórcio Social da Juventude (CSJ) É uma iniciativa do Ministério do Trabalho por meio do Programa Primeiro Emprego. Realiza-se com parcerias entre diversas instituições da sociedade civil.

O CSJ tem como objetivo a inserção de jovens no mercado formal de trabalho, a preparação para o primeiro emprego, a inserção produtiva por meio do empreendedorismo ou auto-emprego e no desenvolvimento de trabalho comunitário.

Na Bahia, o Integrar foi protagonista na elaboração da primeira versão do Projeto e responsável pela concepção e produção do material didático. No Rio Grande do Sul, participamos na realização, a partir de sua segunda edição (2006).

Economia Solidária

As recentes mudanças no capitalismo impuseram uma dinâmica onde o crescimento econômico não gera necessariamente empregos. Essa realidade assustadora nos remete a refletir sobre o trabalho e reinventar outras possibilidades de sobrevivência dos(as) trabalhadores(as). Nesta perspectiva, o Integrar, desde sua origem, tem em sua proposta curricular o tema da economia solidária.

Curso de Gestão Planejamento e Alternativa de Organização Popular Para Mulheres

Em parceria com a Fundação Banco do Brasil, o Integrar Bahia desenvolve um programa na área de gestão e planejamento de alternativas de organização popular com 210 mulheres em situação de alta vulnerabilidade social em sete comunidades da cidade de Lauro de Freitas. O curso possui 210 horas/aula e estrutura-se em “aulas” e oficinas de serigrafia e artesanato.

Curso de Gestão e Planejamento em Economia Solidária

Busca articular a economia solidária com outras políticas públicas, sobretudo de educação, desenvolvimento local e emprego e renda, na perspectiva da cidadania e da construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário.

O curso não se limita a abordar teoricamente os conteúdos propostos (cooperativismo, legislação, ferramentas de gestão de empreendimentos solidários, plano de negócios, informática aplicada à economia solidária etc.), mas propõe aos(as) trabalhadores(as) que problematizem a organização objetiva nos seus espaços de atuação.

Inclusão Digital e a Economia Solidária

Na maioria dos programas desenvolvidos pelo Integrar, as tecnologias de informação e comunicação compõem o percurso formativo. No entanto, não tratamos a “revolução informacional”, apenas ao ensino de aplicativos. O mais importante é abordar o direito ao acesso e a inclusão digital.

Nessa perspectiva e em parceria com a Petrobras, o Integrar desenvolveu um curso de 200 horas/aula, voltado para trabalhadores(as) desempregados(as) e sob risco de desemprego e atende à 14 cidades do Rio Grande do Sul.

Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária

Com vistas a construir uma proposta teórica e metodológica no campo da Educação de Jovens e Adultos que lidam com a economia solidária, o Integrar do RS, no período de 2005/2006, firmou uma parceria com a Secretaria de Educação do município de Gravataí/RS.

Essa parceria consistiu em um programa estruturado em três eixos: reflexão e atualização do currículo de EJA, capacitação dos(as) educadores(as) para tratar o tema da economia solidária com os(as) educandos(as) e o acompanhamento técnico dos empreendimentos de economia solidária apoiados pelo poder municipal. Além dos impactos positivos na gestão dos empreendimentos e na vida dos(as) trabalhadores(as) estudantes, esta parceria rendeu a formulação de uma proposta para tratar a questão da economia solidária nos currículos de EJA - Educação de Jovens e Adultos.